

RELATÓRIO ANUAL 2019



ÍNDICE

Registros Legais	04
Estrutura Organizacional	05
Mensagem do Conselho de Administração	06
FGCoop Código de Ética	09
Produtos e Serviços	10
Sustentabilidade	12
Propósito, Missão, Visão e Valores	15
Princípios Cooperativistas	16
Balde Cheio	18
GQC - Gestão com Qualidade em Campo	20
Sucessão no Campo	22
FIV - Fertilização In Vitro	24
Dia C - Dia de Cooperar	26
Juntos pelo bem	30
Cooperar é incluir	31
Cooperativismo e Educação Financeira	32
É dentro que começa a mudança	33
Gerenciamento de Riscos	34
Gráficos Demonstrativos	40
Relatório da Administração	42
Notas Explicativas	54
Parecer do Conselho Fiscal	76
Relatório da Auditoria	77



REGISTROS LEGAIS

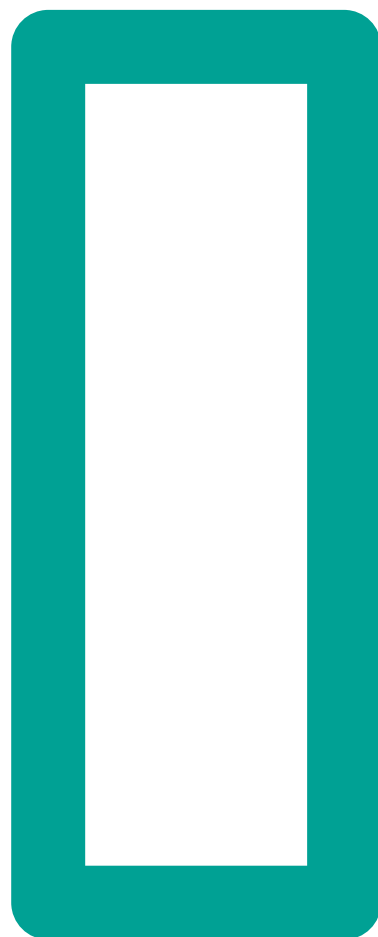
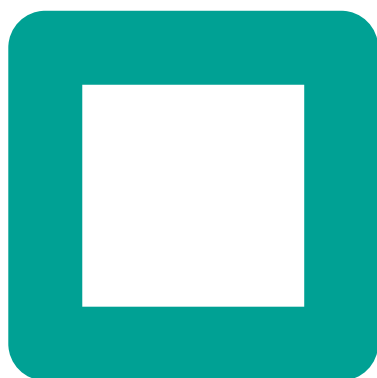
Certificado de Autorização do Banco Central do Brasil:
nº 4494251/88 de 18/01/89.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:
nº 31400003886 de 08/05/89.

Inscrição no CNPJ (MF): 25.798.596/0001-48.

Certificado de Registro na OCEMG: nº 694 de 17/06/89.

Cooperativa de Crédito Credivar LTDA - Sicoob Credivar
Rua Silvio Cougo nº 680 - Vila Paiva - Varginha-MG.
Tel. (35)3219-4740 - Cep. 37018-020
www.sicoobcredivar.com.br



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: José Pedro Garcia Reis

VICE PRESIDENTE: Ruy Reis Villela

CONSELHEIROS: Artur Queiroz de Sousa
Christina de Siqueira R. Pinto
Fernando Graciano Pereira
Leandro Reguim
Luis Carlos Martins Porto

CONSELHO FISCAL

EFETIVO: César Roberto Vigato
Sebastião Aluísio de Sales
Guilherme Salgado Rezende

SUPLENTE: Gleiser José Alves
Renato José de Melo

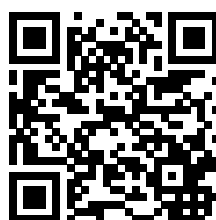
DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR ADMINISTRATIVO: Ricardo Campos Borges

DIRETOR DE NEGÓCIOS: Renato Rezende Paiva

DIRETOR DE RISCOS: Arthur Coelho Porchat de Assis


QUADRO FUNCIONAL: 242 empregados em 31/12/2019.



Somos uma cooperativa de crédito para todos os tipos de produtores.

Aqui você tem autonomia sobre seu capital, participa das decisões e tem parte no lucro. Abra novas oportunidades com a gente.





MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA

Tem sido uma constante em nossa programação a tentativa de entender o atual momento do país. Os resultados apresentados mostram que além de uma grande expectativa com a retomada do crescimento, há clareza sobre algumas condições que podem garantir nosso crescimento sustentável.

2020: PLANEJAMENTO, DESAFIOS E CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Chegamos ao final de 2019 com várias evidências do contexto econômico brasileiro, que permitem analisar os efeitos e levantar as expectativas desafiadoras para a Governança de nossa cooperativa. Tem sido uma constante em nossa programação a tentativa de entender o atual momento do país. Os resultados apresentados mostram que além de uma grande expectativa com a retomada do crescimento, há clareza sobre algumas condições que podem garantir nosso crescimento sustentável.

A literatura define o Planejamento como um conjunto de ações que, tratadas de forma estratégica, colaboram para a eficiência e o melhor desempenho das organizações. A utilização das ferramentas que compõe o chamado “Planejamento Estratégico” possibilita às organizações se minuciarem de medidas capazes de mitigar ameaças e aproveitar as oportunidades que o ambiente proporciona. Nesse sentido temos utilizado métodos que possam permitir a elaboração de um planejamento a curto, médio e longo prazos, visando o acompanhamento sistemático dos movimentos do mercado financeiro, cenário econômico e político.

Um dos grandes desafios neste novo cenário está na

utilização adequada das novas transformações tecnológicas. Nós, como instituição financeira, estamos vivenciando a evolução constante da tecnologia digital e a já evidente concorrência dos Bancos Digitais, além da perseguição constante dos bancos tradicionais para manter e retomar o espaço perdido. O entendimento do mercado financeiro está se consolidando no sentido de que as taxas de juros (SELIC) serão mantidas no patamar atual, o que está exigindo desdobramentos internos para ajustes orçamentários e estruturais com objetivo de suportar e superar os desafios previstos. Consultores e Economistas ligados ao mercado financeiro tem se pronunciado de forma conservadora e com precaução quanto às oscilações das taxas de juros em 2020, isso de acordo com possíveis mudanças inflacionárias por indefinição do hiato ainda existentes entre a capacidade produtiva e o movimento do consumo.

Com os resultados obtidos em 2019, conforme ilustrado em gráficos e indicadores contábeis no “Relatório Anual de Atividades” e a realização de diversos programas sociais e os de interesse de nossos cooperados, encerramos o exercício de 2019 cientes de que os trabalhos desenvolvidos em conjunto com nossa Diretoria Executiva e demais colaboradores atingiram, com responsabilidade e cooperativismo, os objetivos propostos em nosso Planejamento.

Conselho de Administração/DIREX





FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO - FGCOOP

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito-FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos

cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a

CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIVAR aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

PRODUTOS E SERVIÇOS



SERVIÇOS BANCÁRIOS

- Aplicações financeiras;
- Cartões de débito e crédito;
- Transferências de numerários (DOC e TED e intercredis);
- Aplicativos Sicoob: SICOOBNET (acesso a conta corrente), SICOOBCARD MOBILE (gestão de cartão de crédito) e MINHAS FINANÇAS (gestão de finanças);
- Autoatendimento;
- Cobrança de boleto bancário;
- Recebimento de água, luz, telefone e convênios em geral;
- Recebimento de tributos estaduais e municipais;

OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL

- FUNCAFÉ (custeio/colheita);
- FUNCAFÉ Estocagem;
- Custeio Agrícola e Pecuário;
- Pré-comercialização;
- PRONAMP e PRONAF;
- BNDES;
- FINAME;
- Cédula de produto rural – CPR;
- Financiamento de adubos e fertilizantes;

EMPRÉSTIMOS COMERCIAIS

- Empréstimo pessoal e Capital de Giro;
- Descontos de recebíveis (cheques e boletos);
- Financiamento de veículos, máquinas e equipamentos agrícolas;
- Financiamento de materiais para construção e energia fotovoltaica;
- Conta Garantida;
- Cheque especial;
- Consignado para aposentados INSS e servidores públicos federais.

PRODUTOS ESPECÍFICOS PARA PESSOA JURÍDICA

- Conta Garantida;
- Descontos de recebíveis (cheques/duplicatas/boletos);
- Empréstimo Capital de Giro – CREDIPLAN;
- Antecipação de Recebíveis de Cartão;
- Linhas de BNDES e BDMG;
- Linhas especiais: Capital de Giro Natal;
- Conta salário;
- Serviço de Adquirência: SIPAG – a maquininha de cartões do cooperativismo;
- Cobrança Bancária – serviço próprio para emitir boletos e gerenciar suas vendas a receber;
- Coopcerto – cartões de benefício.

SEGURO

- Automóveis (carros de passeio, caminhões, pick-ups e motos);
- Café, milho e soja (seguro de lavoura para granizo e geadas);
- Empresarial (lojas, depósitos de café, etc);
- Residencial (residência habitual ou veraneio);
- Transporte de passageiros;
- Propriedade Rural;
- Vida individual, empresarial, coletivo, acidentes pessoais de empregados rurais (não nominado);
- Prestamista;
- Máquinas e equipamentos (em geral);
- Vida mulher;
- Renda protegida;
- Equipamentos portáteis (celulares, tablets, notebooks, etc).

MESA DE OPERAÇÕES

- Operações em Mercado Futuro, Opções e Bovespa;
- Comercialização de CPRs;
- Capital de Giro – Adiantamento Contrato a termo;
- Informações diárias de mercado aos cooperados.

PLANO DE SAÚDE

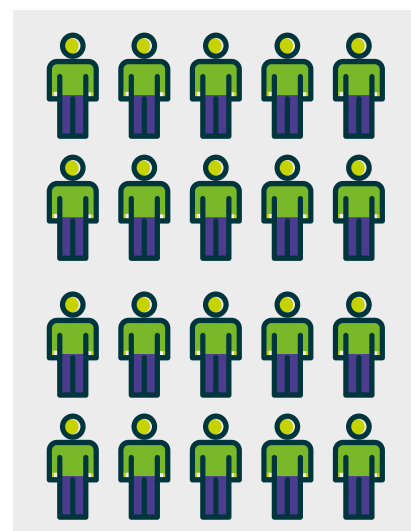
- SPA – Plano para o produtor rural. Trata-se de uma autogestão em planos de saúde, sem fins lucrativos, voltada para atender todos os produtores rurais e seus familiares.

PLANO TELEFÔNICO CORPORATIVO OI, VIVO E TIM

- Intragrupo a custo zero;
- Tarifas diferenciadas para telefone fixo;
- Assinatura com baixo custo;
- Internet Móvel.

PREVIDÊNCIA

- O Sicoob Previ oferece diversos benefícios previdenciários com condições exclusivas. São dois planos de benefícios: o Sicoob Multi-Instituído (destinado aos cooperados do Sicoob) e o Sicoob Multipatrocinado (destinado aos empregados das empresas que firmam convênio de adesão).



CONSÓRCIO

- O Sicoob oferece diversos planos de consórcios com condições especiais para aquisição de automóveis, imóveis, motocicletas, caminhões, utilitários, tratores e serviços. A ajuda certa para o cooperado conquistar o seu sonho.

A person wearing a white lab coat is holding a large white number '2000' against a green background. The number is outlined in white. The background is a blurred image of a person in a white lab coat, possibly a scientist or healthcare worker, holding the number. The overall color scheme is green and white.

Sustenta bilidad

2000

1



O que é sustentabilidade

“Por último, mas não menos importante.” Você provavelmente já ouviu essa expressão, e ela nunca coube tão bem para nós. O último dos sete princípios do cooperativismo consiste em “interesse pela comunidade.” E é sobre ele que queremos falar.

Entre os nossos valores, a solidariedade se refletiu em projetos e programas que têm como finalidade ajudar a quem precisa, de acordo com as necessidades de cada um. Entendemos que as dificuldades variam de acordo com os grupos sociais, e que a realidade é diferente para cada indivíduo e grupo. Com isso, para atenuar a diferença que há nas necessidades, o Sicoob Credivar busca ser o mais versátil possível quando se trata de fazer o bem.

Afinal, nossa missão é gerar soluções adequadas e sustentáveis por meio do cooperativismo e suas comunidades. A missão unida aos valores que a cooperativa carrega, deram início em programas que hoje colaboram com uma sociedade com mais acesso à educação, cultura e sustentabilidade.

PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade

MISSÃO

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

VISÃO

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

VALORES

- Respeito e Valorização das Pessoas;
- Cooperativismo e Sustentabilidade;
- Ética e Integridade;
- Excelência e Eficiência;
- Liderança Responsável;
- Inovação e Simplicidade.



Princípios cooperativistas

1º – Adesão voluntária e livre – Um modelo para todos.

Qualquer pessoa interessada em utilizar seus serviços pode ingressar numa cooperativa, desde que o faça de forma livre e espontânea, e esteja disposta a aceitar as responsabilidades da sociedade.

2º – Gestão democrática – Todos têm os mesmos poderes.

Todos os associados têm igual direito de voto em uma cooperativa (um sócio = um voto). O poder de decisão não está vinculado à posse. Todos acompanham as políticas e a evolução da instituição, participando de todas as decisões.

3º – Participação econômica dos membros – Todos são donos.

Em uma cooperativa, todos são associados, que adquirem cotas para entrar na sociedade e têm direito a participar democraticamente de todas as decisões da instituição.

4º – Autonomia e independência – Todos têm autonomia de decisão.

Acordos e parcerias podem ser firmados pelas cooperativas, desde que não afetem o controle democrático dos membros.

Um caso especial é o das cooperativas de crédito que, como instituições financeiras, estão submetidas à fiscalização do Banco Central (o que não deixa de ser uma segurança para seus associados).

5° – Educação, formação e informação – Todos ensinam e aprendem.

A fim de contribuir com o desenvolvimento do modelo como um todo e com o seu próprio, as cooperativas promovem a educação e a formação de seus trabalhadores e associados, informando-os e capacitando-os. Uma prática cujos benefícios socioeconômicos vão muito além das instituições em si.

6° – Intercooperação – Todos se ajudam.

Além dos associados de uma mesma cooperativa unirem-se e cooperarem uns com os outros, essa ajuda mútua também se estende para as relações entre as diversas cooperativas. Por meio de estruturas locais, regionais, nacionais e até internacionais, todas as cooperativas colaboram umas com as outras.

7° – Interesse pela comunidade – Todos saem ganhando.

Sem fins lucrativos e formada por pessoas físicas, as cooperativas têm na comunidade seu objeto constituinte e seu principal objetivo. Dessa forma, trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, gerando benefícios sociais e econômicos não apenas para seus associados, mas para toda a sociedade.



Programas

Balde Cheio

O programa que visa a capacitação contínua de profissionais que atuam na extensão rural utilizando uma pequena propriedade de cunho familiar como "sala de aula prática" para a produção de atividade leiteira.

Tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da pecuária leiteira via transferência de tecnologia, atendendo a demanda de extensionistas de entidades públicas e privadas e de produtores de leite de todo o Brasil, fazendo com que as propriedades se tornem exemplo de desenvolvimento sustentável da atividade leiteira em todos os aspectos: técnico, econômico, social e ambiental.

Os resultados alcançados pelos produtores são:

- ▼ Redução de custos/despesas;
- ▼ Elevação do número de rebanho, sem a necessidade de aumentar a área da propriedade rural;
- ▼ Recuperação da autoestima e da dignidade do produtor, permitindo a fixação da família no meio rural;
- ▼ Acompanhamento dos impactos ambientais, econômicos e sociais no sistema de produção após a adoção das tecnologias;
- ▼ Melhorar a qualidade da alimentação dos animais;
- ▼ Melhorar a qualidade do leite;
- ▼ Aumentar a produção e a produtividade da atividade leiteira;
- ▼ Aumentar a rentabilidade do negócio;



GQC – Gestão com Qualidade em Campo

O Programa busca atender à demanda dos produtores que desejam investir em gestão e qualidade nas propriedades rurais, ajudando a planejar e a colocar em prática ações que permitam reduzir custos e buscar eficiência na condução do negócio.

O objetivo é ampliar a visão empresarial do produtor rural. Através do GQC, o produtor é estimulado a promover uma mudança de atitude – **de agricultor para empresário rural** – e a adquirir um novo olhar sobre a propriedade.

O GQC respeita a cultura, a linguagem e as características do meio rural e busca atender à demanda dos produtores que desejam investir em gestão e qualidade nas propriedades rurais, ajudando a planejar e a colocar em prática ações que permitam:



- ▼ Reduzir custos e buscar eficiência na condução do negócio;
- ▼ Eliminar desperdícios;
- ▼ Agregar valor nas atividades da fazenda;
- ▼ Melhorar a qualidade dos processos;
- ▼ Obter vantagem competitiva;
- ▼ Melhorar a qualidade do produto;
- ▼ Adequar-se às exigências do mercado;
- ▼ Utilizar indicadores que auxiliam a tomada de decisão.
- ▼ Melhorar a produtividade, renda e conhecimento em gestão;
- ▼ Aumentar a rentabilidade do negócio;
- ▼ Organizar a empresa;
- ▼ Fortalecer o associado.

Através do programa o Sicoob Credivar proporciona aos seus associados acesso a informação, visando o aprimoramento das atividades rurais, fazendo com que os resultados destas sejam positivos, desta forma, este programa vem de encontro com a “Missão” e a “Visão” da cooperativa.



Sucessão no campo

Vivemos em tempos de mudanças, e, devido aos avanços urbanos e modificações culturais, uma preocupação tem chamado a atenção do produtor rural: a sucessão familiar no campo. E é ciente desse desafio, de preparar e incentivar os herdeiros a permanecerem na administração da propriedade da família, que o Sicoob Credivar realiza o Programa de Sucessão no Campo em parceria com o Senar Minas.

Ministrada por instrutores do Senar em parceria com o Sicoob Credivar, a metodologia é aplicada em módulos, com consultorias nas fazendas. Dentre os temas abordados estão: histórico da empresa rural, inventário patrimonial, gestão do agronegócio, estratégias de crescimento e, principalmente, o processo de sucessão da atividade agrícola. A duração de todo o processo é cerca de dois meses.

O maior objetivo desta parceria é preparar as famílias de produtores rurais para o processo sucessório, ou seja, reforçar o desejo de perpetuar as empresas rurais, mostrando aos sucessores a importância e valorização das mesmas, dos quais serão gestores em um futuro próximo. Até o momento já foram realizados 03 treinamentos, dois em Varginha e outro em Cambuquira.





SUCESSÃO NO CAMPO

SENAR



É impossível haver progresso sem mudança e quem não consegue mudar a si mesmo não muda coisa alguma"
(George Bernard Shaw)

BEM-VINDO AO TREINAMENTO

FIV – Fertilização In Vitro

A necessidade de melhoramento genético dos rebanhos dos produtores de leite de nossa região é uma realidade, e devido dificuldade de acesso a novas tecnologias para este fim, principalmente aos altos custos, foi que o Sicoob Credivar formatou um programa de parceria.

O SICOOB CREDIVAR percebendo a necessidade de melhoramento genético dos rebanhos de produtores de leite e ao mesmo tempo vendo a dificuldade dos seus associados de obter novas tecnologias para este fim, devido principalmente aos altos custos e acessibilidade, resolveu após várias pesquisas e análises, formatar um programa de parcerias, onde o produtor de leite associado desta cooperativa pudesse adquirir animais de alta qualidade genética, de forma segura e preço justo proveniente dos melhores planteis de criadores de gado leiteiro de Minas Gerais.



Foi montada uma comissão de técnicos do SICOOB CREDIVAR e técnicos autônomos, que criaram todos parâmetros para o andamento do projeto, supervisionando até a entrega dos animais. Aproximadamente 530 animais provenientes do cruzamento de vacas GIR com touros holandeses e vacas meio sangue gir/holandês com touros holandeses foram entregues, sendo 95% financiados com taxas de crédito rural, desta forma, o SICOOB CREDIVAR proporcionou aos seus associados independentemente do porte da atividade, acesso à tecnologia de “Fertilização in Vitro” com qualidade e baixo custo.



Dia C

O Dia de Cooperar foi criado em 2009 como um projeto inovador realizado pela Ocemg (Organização das Cooperativas do Estado de MG). Tem como objetivo desenvolver ações de responsabilidade social, colocando em prática valores e princípios cooperativistas, por meio de ações voluntárias. São atitudes simples que movem o mundo. E foi através desta afirmativa, que o Sicoob Credivar realizou seu projeto social “Cooperando para um mundo mais colorido” que teve culminância no dia 06/07. O projeto contou com a revitalização do Conselho Comunitário do bairro Santana em Varginha, através da pintura de um painel em muralismo, realizado por crianças da comunidade, além de serviços gratuitos para toda a comunidade como aferição de pressão, massagem, limpeza de pele, além de brinquedos gratuitos, pintura facial, brincadeiras e entrega de brindes, pipoca e algodão doce para a população e a entrega das doações arrecadadas pela cooperativa durante todo o mês de Junho.

Para a campanha de arrecadação as 22 agências do Sicoob Credivar, localizadas em 19 cidades do Sul de Minas, disponibilizaram pontos de coletas. No total foram arrecadados mais de 220kg em alimentos e produtos de higiene e limpeza, e mais 175 itens de material escolar e material pedagógico. A maior parte das doações foram destinadas para a Pastoral da Criança da Paróquia do Santana em Varginha, entidade apadrinhada pelo projeto. Houveram também destinações para os Asilos na cidade de São Lourenço e Lavras, e Associação Lar Criança Feliz em Paraguaçu.



Dia C

Já para a revitalização do Conselho Comunitário do Santana, o Sicoob Credivar, apadrinhou o projeto Semeando Cores, iniciativa da Associação varginhense Eu Escolhi Amar. Dentro das ações realizadas, cerca de 120 crianças da rede municipal de ensino puderam participar, gratuitamente, durante uma semana, de oficinas de desenho artístico e pintura com o artista plástico Kaká Chaz. O curso preparou as crianças para realizar a pintura de um mural em grafitti na parte externa do Conselho. Para Kaká, somente através de ações educativas e de pertencimento social que se é possível formar os jovens com noções de cidadania e responsabilidade.

Para o diretor administrativo do Sicoob Credivar, Ricardo Campos Borges, a iniciativa do projeto “Cooperando para um mundo mais colorido” vem de encontro com o princípio cooperativista de interesse pela comunidade e ao valor da responsabilidade social. “Nossa missão é gerar soluções adequadas e sustentáveis por meio do cooperativismo nas comunidades onde estamos inseridos, e devido a inauguração de nossa nova agência na região vimos a necessidade de realizar este trabalho para toda a população do entorno. Porém nossos projetos não se limitam apenas a um dia, mas sim de estendermos esse trabalho para todas as localidades onde estamos presentes” explica.



Juntos pelo bem

A Credivar oferece suporte e apoia diversas instituições filantrópicas da região: Vida Viva, Levanta-te Anda, Projeto Crescer, Lar São Vicente de Paulo, APAE, CRAS, hospitais e igrejas.

Dentre os projetos realizados estão ações como Páscoa de Oportunidades, Dia das Crianças, bingos e rifas, Natal Solidário, patrocínios entre outros.



Cooperar é incluir

Quando o assunto é inclusão, a Credivar também está presente. A cooperativa patrocina projetos de cultura e esporte, como corridas, festivais de música, poesia e teatro, campeonatos de futebol e projetos antidrogas e voltados para assistência a portadores de deficiência.

Dentre os projetos apoiados em 2019 podemos citar a Campanha de Popularização do Teatro e da Dança, Projeto Eu Escolhi Amar, Pedalada Solidária, Lacre do Bem, Cadastramento de Currículos, entre vários outros na cidades onde estamos inseridos.



Cooperativismo e educação financeira

Atualmente, 60% das famílias brasileiras possuem algum tipo de dívida. Visando colaborar para mudança deste cenário, a Credivar apoia a Semana da Educação Financeira ENEF levando conhecimento a todos e ensinando a comunidade a ter mais responsabilidade e autonomia com o dinheiro.

Além disso a cooperativa é parceira em diversos projetos que visam levar desenvolvimento, capacitação e inovação para seus cooperados e região. Ações como o Conselho Empresarial do Sul de Minas (Cesul - Grupo Unis), Projeto Ali (Sebrae), Café com Tudo (ACIV), Cesullab, feiras e exposições fomentam o progresso para o Sul de Minas.



É de dentro que começa a mudança

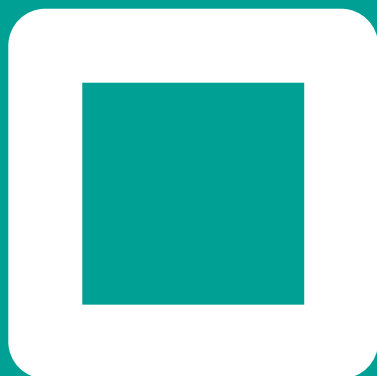
A cooperação na Credivar começa de dentro. Para o constante desenvolvimento de nossos colaboradores são oferecidos, de acordo com a política interna, diversas formas de Capacitação como Plano Anual de Treinamentos, Auxílio Faculdade, Pós Graduação In Company, Sicoob Universidade e programas de gestão.

Além disso o time Credivar pode contar com benefícios como auxílio creche, bolsa de estudos, programas de saúde, eventos comemorativos, premiações e muito mais.



GERENCIAMENTO DE RISCOS

Estrutura de Gerenciamento de
Capital do Sistema de Cooperativas
de Crédito do Brasil - Sicoob - 2019.



1. Apresentação

1.1 O Sicoob Confederação, por meio da Superintendência de Gestão de Riscos e Capital, com reporte ao Diretor de Desenvolvimento e Supervisão é o responsável pela gestão centralizada e integrada de riscos e capital das entidades do Sicoob, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital, os quais possuem manuais próprios, estabelecendo padrões para as respectivas instrumentalizações.

1.2 A alocação racionalizada de recursos, a definição de responsabilidades e de processos integrados e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos e de capital conferem transparência, eficácia e tempestividade às atividades das entidades do Sicoob.

1.3 No Sicoob, as estruturas centralizadas de gerenciamento de riscos e de capital são compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos das cooperativas, proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica das cooperativas, sendo capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que as entidades do Sicoob atuam.

1.4 A gestão centralizada de riscos e de capital não desonera as responsabilidades das cooperativas, as quais devem, também, indicar diretor para gerenciamento de riscos (CRO) e diretor responsável pela estrutura de gerenciamento de capital, nos casos das cooperativas enquadradas no segmento S4, e diretor responsável pela estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos, nas cooperativas enquadradas no segmento S5.

1.5 O Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas neste relatório.

1.6 As políticas institucionais de gestão de riscos e de capital são aprovadas no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, e revisadas, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo respectivo gerenciamento de risco do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

1.7 As políticas institucionais estabelecem diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento de risco das entidades do Sicoob.

1.8 Os sistemas, modelos e procedimentos aplicáveis ao processo centralizado de gerenciamento dos riscos e capital do Sicoob Confederação são avaliados, anualmente, pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC), criada a partir das exigências da Circular nº 3.799/2016, do Banco Central do Brasil.

1.9 Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no referido processo.

2. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

2.1 A estrutura centralizada de gerenciamento do risco operacional do Sicoob prevê:

- a) identificação, avaliação e tratamento do risco operacional;
- b) documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- c) realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- d) elaboração de propostas de atualização da política sistêmica;

e) disseminação da Política de Gerenciamento de Risco Operacional aos empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados relevantes.

2.2 O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

2.3 A Plataforma de Gestão de Processos e Controles (PGPC), nos módulos *Risco Operacional* e *Controles Internos – Ações*, auxilia no processo de gerenciamento do risco operacional.

2.4 O ciclo de identificação, avaliação e tratamento de riscos operacionais, incluindo a reavaliação dos riscos já identificados, compõe-se das seguintes etapas:

a) identificação do risco operacional: atividade realizada por meio da análise dos processos da entidade, verificando, também, os riscos, as causas e controles identificados e incluídos na PGPC;

b) avaliação qualitativa do risco operacional identificado: atividade que relaciona as informações de impacto e probabilidade para determinação dos riscos que deverão receber tratamento. É realizada por meio da PGPC, módulo *Risco Operacional*, com aplicação da Matriz de Avaliação de Riscos Operacionais;

c) tratamento do risco operacional, realizado por meio da PGPC, Módulo Risco Operacional, pela adoção dos procedimentos de:

c.1) implementação, pelos gestores de cada processo, das ações por eles informadas para tratamento dos riscos operacionais. Essa atividade é realizada por meio da PGPC, módulo *Controles Internos – Ações*;

c.2) verificação da efetividade e tempestividade da implementação de cada ação;

c.3) crítica do enquadramento dos riscos nos parâmetros definidos na metodologia;

c.4) reavaliação dos riscos operacionais, também pelos gestores de cada processo, considerando os sistemas de controles implementados;

c.5) guarda, pelos gestores das áreas da entidade, de documentos que evidenciam a efetividade, tempestividade e conformidade dos procedimentos, controles e/ou das ações de tratamento dos riscos operacionais, possibilitando a verificação por parte das auditorias interna, externa e cooperativa, da Área de Controles Internos e do Banco Central do Brasil.

d) documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais:

d.1) as perdas operacionais e as recuperações de perdas operacionais estão armazenadas na PGPC, Módulo Risco Operacional em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.

e) comunicação e informação: geração de informações que permitam, internamente, a identificação de condições para adoção de correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional e, externamente, a transparência do processo.

3. Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Mercado

3.1 A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado prevê:

a) procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle de riscos de mercado das entidades do Sicoob;

b) avaliação contínua da efetividade das estratégias utilizadas de mitigação de riscos de mercado das entidades do Sicoob;

c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez que

evidenciem, no mínimo:

- c.1)** valor em Risco (*Value at Risk – VaR*);
- c.2)** limites máximos de risco de mercado;
- c.3)** cenários de *stress* para risco de mercado;
- d)** elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez, exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com especificações normativas em vigor;
- e)** cálculos e projeção do capital regulamentar necessário às exposições aos riscos de mercado pelas entidades do Sicoob.

3.2 O gerenciamento de risco de mercado adota procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência ao modelo de mensuração de risco (*backtesting* do *VaR*).

3.3 A métrica adotada para o cálculo gerencial do risco de mercado da carteira de não negociação (*banking*) é o Valor em Risco (*Value at Risk – VaR*), que mede a perda máxima estimada para determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

3.4 Para carteira de negociação (*trading*) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

3.5 Os testes de aderência ao modelo de mensuração dos riscos (*backtesting* do *VaR*) são realizados, semestralmente, pela área gestora, para apurar o nível de consistência entre as perdas estimadas pelo *VaR* e os retornos efetivamente verificados.

4. Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Liquidez

4.1. A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de liquidez prevê:

- a)** procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de liquidez das entidades do Sicoob;
- b)** produção de relatórios periódicos de acompanhamento dos riscos de liquidez para as entidades do Sicoob que evidenciem o enquadramento aos limites mínimos de liquidez;
- c)** elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de liquidez e que evidenciem, no mínimo:
 - c.1)** limites mínimos de liquidez;
 - c.2)** cenários de *stress* para risco de liquidez.
- d)** existência de plano de contingência de liquidez, contendo estratégias que devem ser adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e liquidez.

4.2. O gerenciamento do risco de liquidez adota procedimentos de identificação dos possíveis impactos na liquidez, da projeção da liquidez (fluxo de caixa), dos limites do risco de liquidez, cenários de *stress* de liquidez e planos de contingência de liquidez.

5. Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

5.1 A estrutura de gerenciamento de risco de crédito, além de padronizar processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitorar as carteiras e manter uma política única de risco de crédito, também atua na (nos):

- a)** adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b)** estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de

crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas, efetivamente, observadas;

c) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

d) fornecimento de informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;

e) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;

f) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito.

5.2 O Sicoob mantém um conjunto de metodologias para avaliar o risco de crédito do cliente e da operação:

a) a metodologia é aplicada em duas etapas. Avalia-se primeiramente o cliente para depois avaliar eventuais fatores mitigadores de risco das operações com base em garantias;

b) há várias metodologias de avaliação de risco do cliente, aplicadas conforme o perfil do tomador;

c) nas metodologias de avaliação de risco do cliente, consideram-se variáveis específicas aos clientes e variáveis setoriais;

d) as metodologias possuem poder discriminante (capacidade de separar bons e maus clientes), periodicamente testado;

e) as classificações de risco subsidiam a alocação do crédito e a gestão da carteira de maneira sistêmica;

f) a metodologia de risco de operação contempla o contido na Resolução CMN nº 2.682/1999.

5.3 Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

6. Estrutura de Gerenciamento de Risco Socioambiental

6.1 A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental prevê a padronização dos procedimentos operacionais internos para identificar, classificar, avaliar e tratar os riscos socioambientais, além de fornecer informações gerenciais periódicas às entidades do Sistema.

6.2 Os processos e procedimentos para análise e monitoramento dos riscos socioambientais estão relacionados às operações de crédito:

a) as orientações nos normativos internos abordam os princípios subjacentes às responsabilidades socioambiental, reconhecendo o engajamento das partes interessadas aos temas centrais e, também, sobre formas de integrar o comportamento, socialmente responsável, na organização.

6.3 A exposição ao risco socioambiental é realizada com base em metodologia que leva em consideração características do Cooperado e da operação.

7. Estrutura de Gerenciamento de Capital

7.1 A estrutura centralizada de gerenciamento de capital prevê:

a) monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;

b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;

c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos

estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;

d) postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

e) viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições necessárias para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

7.2 O Gerenciamento de Capital é um processo cíclico que envolve áreas do Sicoob Confederação, cooperativas centrais e singulares.

7.3 O Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar riscos relevantes, de forma a manter um capital compatível com os riscos incorridos pelas entidades.

7.4 São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado. Os resultados das avaliações de seus impactos no capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

8. Estrutura de Gestão de Continuidade de Negócios

8.1 A estrutura centralizada de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) prevê:

a) o conhecimento dos riscos de descontinuidade das entidades do Sicoob;

b) a proposição de estratégias sistêmicas alinhadas aos riscos organizacionais;

c) a implementação, divulgação, revisão, testes e manutenção das estratégias de continuidade, fazendo com que a gestão de continuidade de negócio faça parte da cultura organizacional;

d) o alinhamento do processo de GCN junto às Centrais e Singulares.

8.2 A análise de impacto nos negócios (AIN) é a metodologia adotada para auxiliar na identificação dos processos críticos e está baseada nos impactos legal, financeiro e de imagem.

8.3 Para cada impacto (legal, financeiro e imagem) é atribuída uma nota conforme a criticidade.

8.4 Na metodologia da AIN é identificado o tempo limite para retorno à normalidade (*Recovery Time Objective – RTO*). Quanto menor o tempo para retorno à normalidade, maior a importância do processo para o negócio.

8.5 Os riscos de descontinuidade com resultado da AIN alto ou médio são classificados como processos críticos.

8.6 Para os processos críticos são definidas as estratégias de continuidade, com a intenção de resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

8.7 Durante a implementação das estratégias de continuidade dos processos críticos, são elaborados os Planos de Continuidade de Negócios classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Planos de Recuperação de Desastres (PRD) voltados para continuidade das suas atividades operacionais críticas.

8.8 O Sicoob Confederação é responsável pela elaboração dos Planos de Recuperação de Desastre (PRD), voltados para recuperação dos ativos de TI (Sisbr) referentes aos processos críticos sistêmicos, em um momento de contingência. As cooperativas são responsáveis pela elaboração dos Planos de Continuidade de Negócios voltados para os recursos de TI in-loco e negócio.

8.9 Os Planos de Continuidade de Negócios são testados anualmente para certificação quanto a sua efetividade.





GRÁFICOS DEMONS TRATIVOS

Innovation
Branding
Solution
Marketing
Analysis
Ideas
Success
Management

NÚMEROS 2019

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2019 da Cooperativa de Crédito Credivar Ltda. - Sicoob Credivar na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB CREDIVAR completou 31 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB CREDIVAR obteve um resultado de **R\$ 22.306.555,22** representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 19,42%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram **R\$ 245.892.363,29**. Por sua vez a carteira de créditos representava **R\$ 399.279.587,29**.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

-Carteira Rural	R\$ 87.876.482,92	22,01%
-Carteira Comercial	R\$ 311.403.104,37	77,99%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de **17,55%** da carteira, no montante de **R\$ 70.140.053,25**.

4. Captação

As captações, no total de **R\$ 426.364.969,66**, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de **36,51%**.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

-Depósitos à Vista	R\$ 165.203.662,64	38,74%
-Depósitos a Prazo	R\$ 227.577.867,04	53,37%
-Letra de Crédito Agronegócio	R\$ 33.583.439,98	7,89%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 13,83% da captação, no montante de **R\$ 61.180.351,56**.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIVAR era de **R\$ 100.699.652,27**. O quadro de associados era composto por **32.120** cooperados, havendo um acréscimo de **15,86%** em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIVAR adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 92,05% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na resolução 4606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Sicoob Central Crediminas e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a Ouvidoria do SICOOB CREDIVAR registrou **84** (oitenta e quatro) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Das **84** (oitenta e quatro) reclamações, **36** (trinta e seis) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

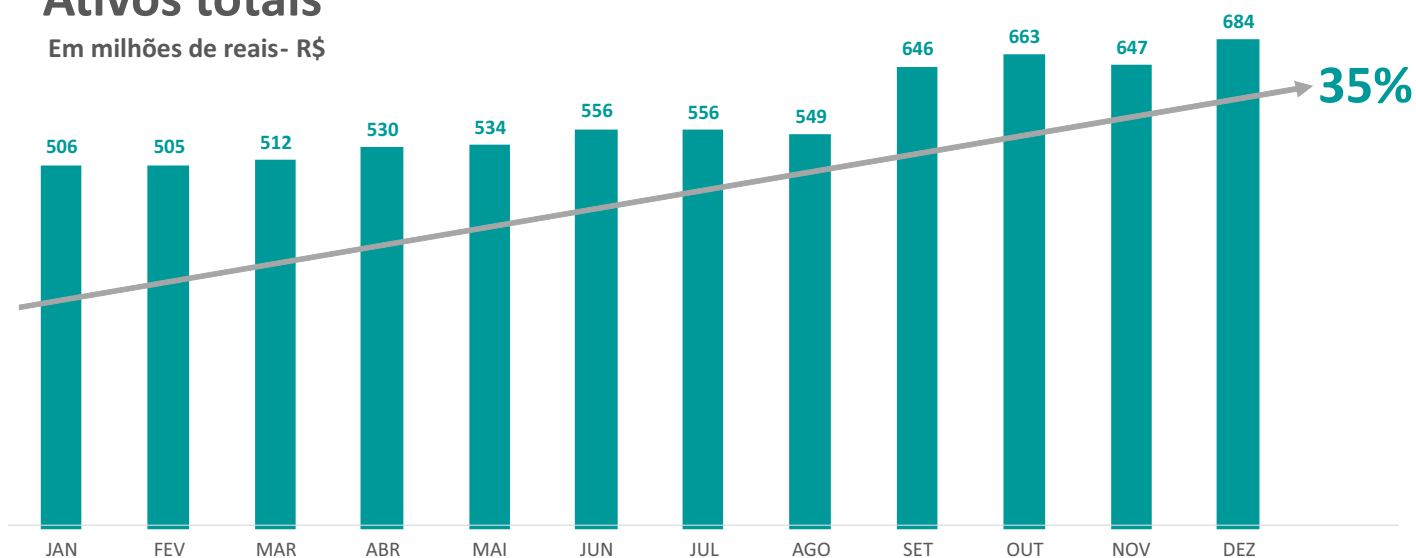
Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Varginha, MG, 06 de fevereiro de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

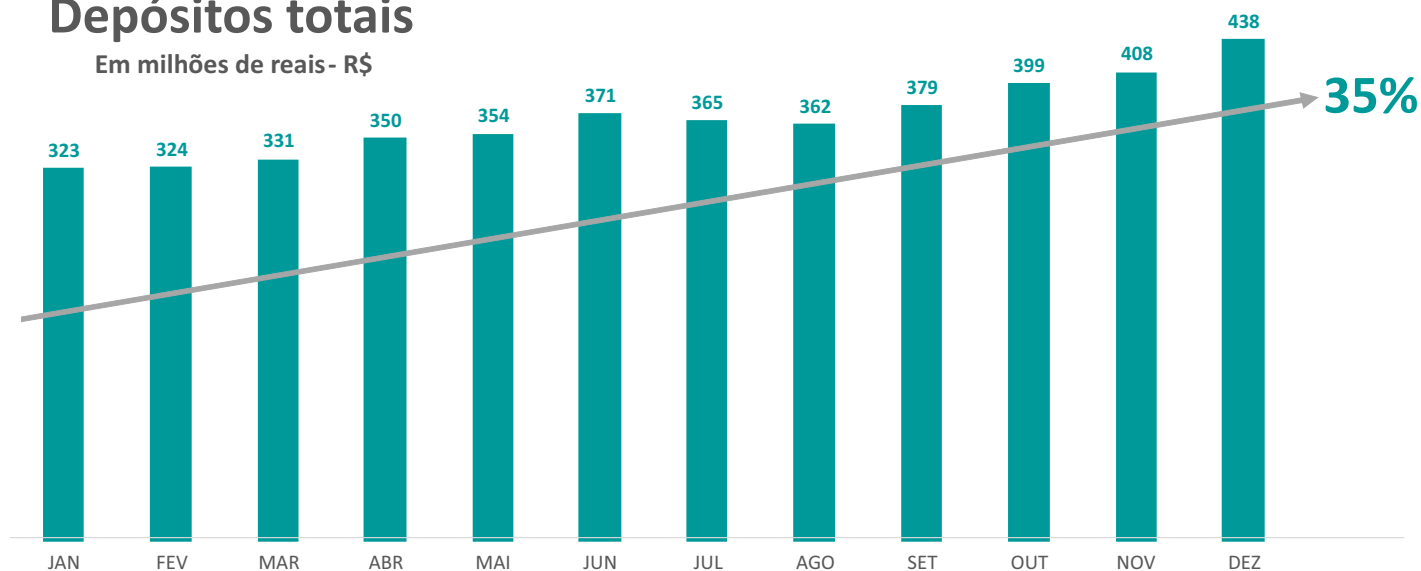
Ativos totais

Em milhões de reais- R\$



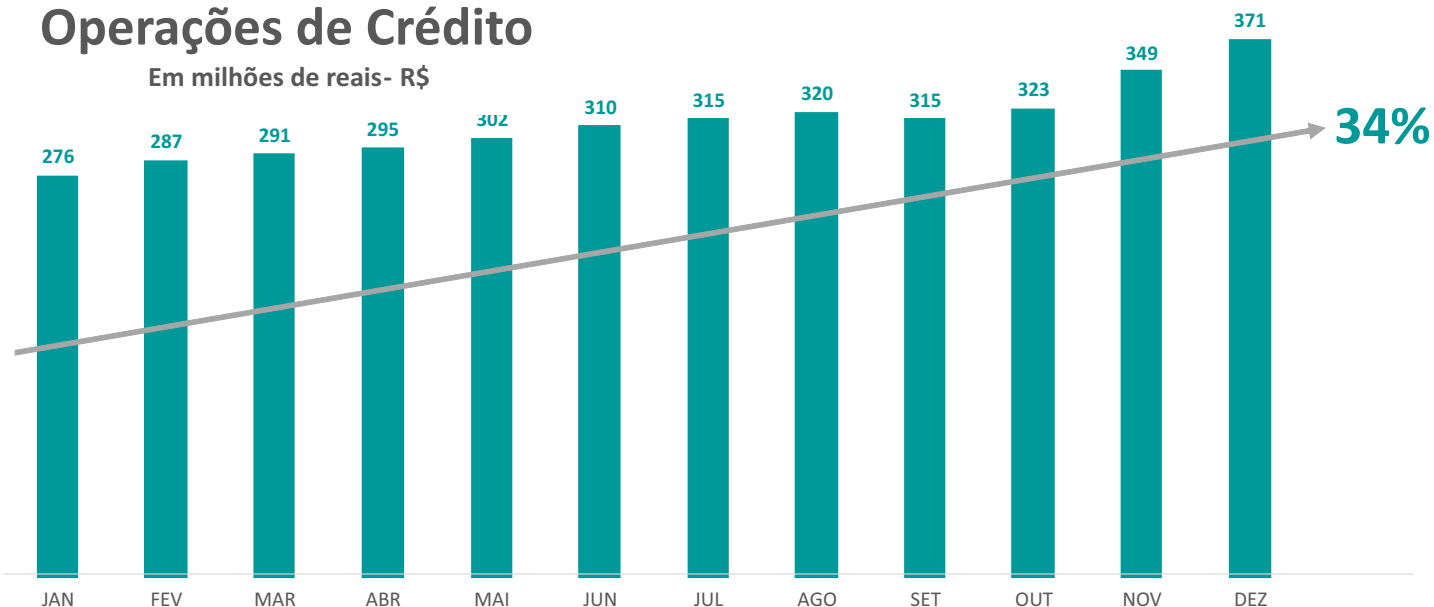
Depósitos totais

Em milhões de reais- R\$



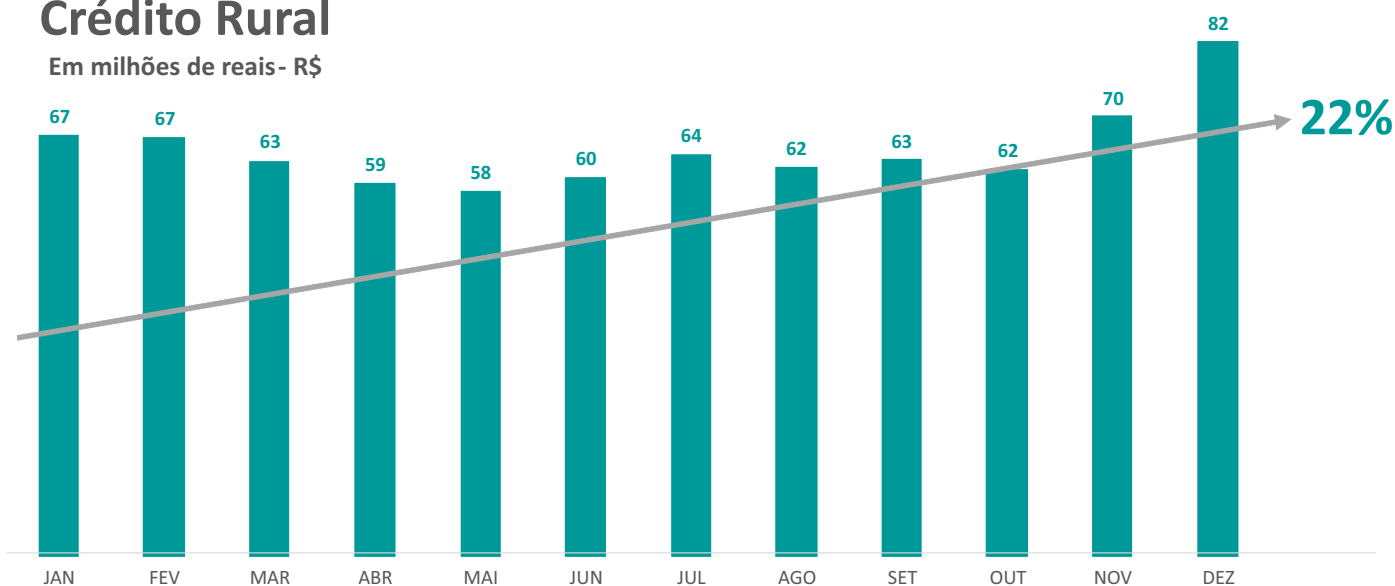
Operações de Crédito

Em milhões de reais- R\$



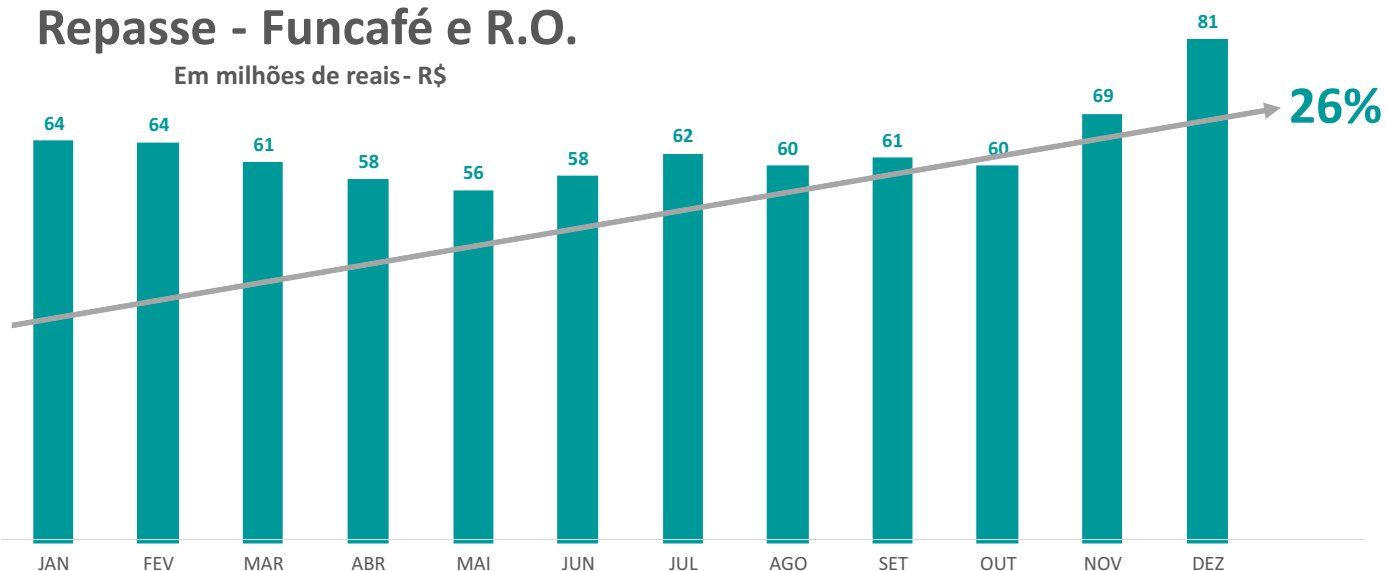
Crédito Rural

Em milhões de reais - R\$



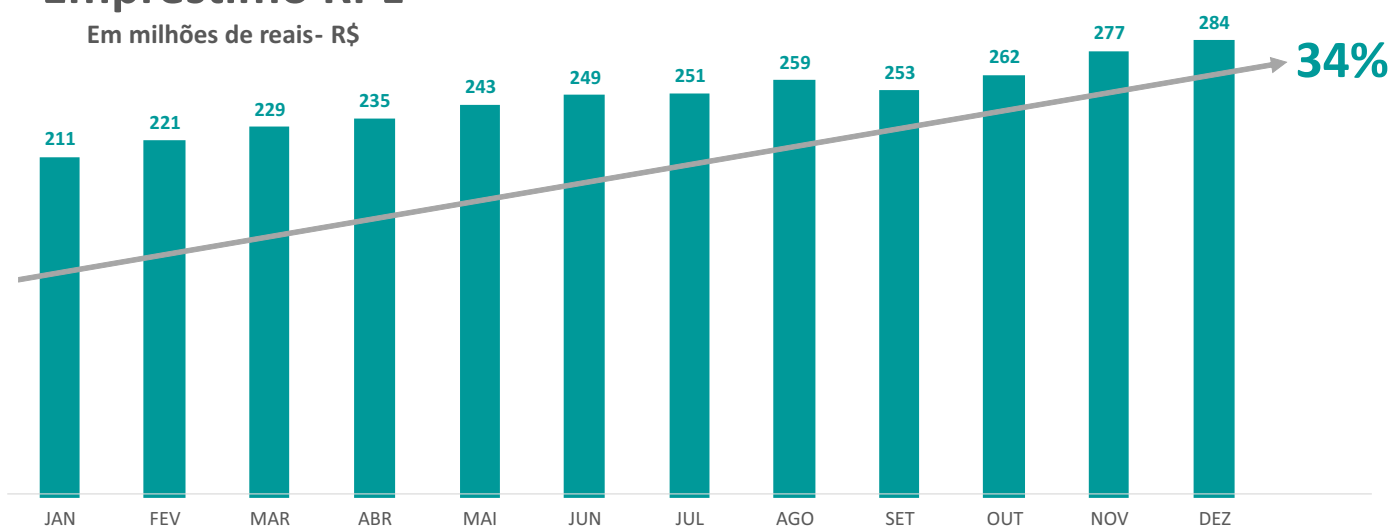
Repasse - Funcafé e R.O.

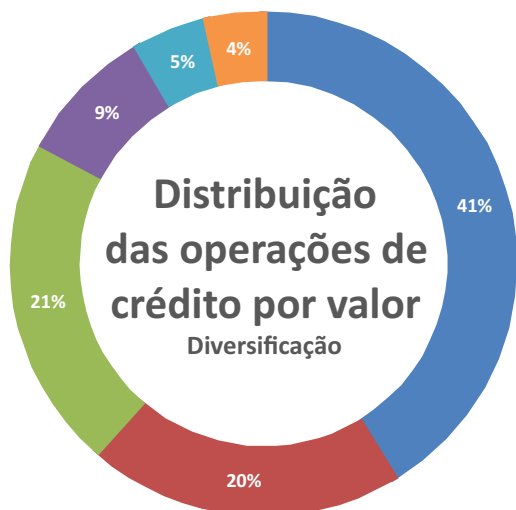
Em milhões de reais - R\$



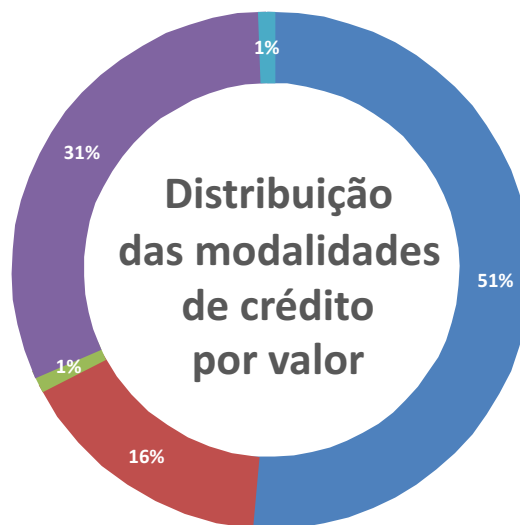
Empréstimo RPL

Em milhões de reais - R\$

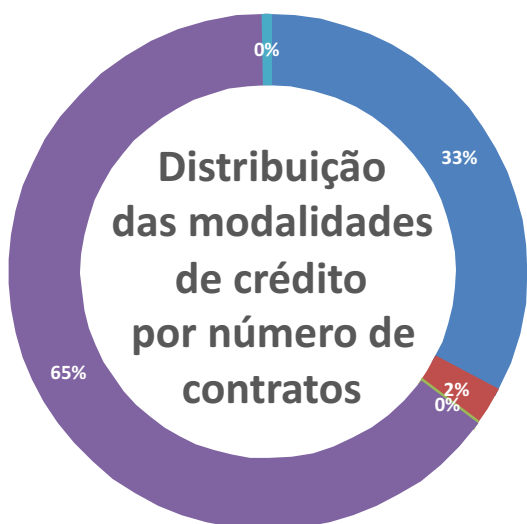




- Até R\$ 5.000,00
- De R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00
- De R\$ 10.000,01 a R\$ 25.000,00
- De R\$ 25.000,01 a R\$ 50.000,00
- De R\$ 50.000,01 a R\$ 100.000,00
- Acima de R\$ 100.000,00



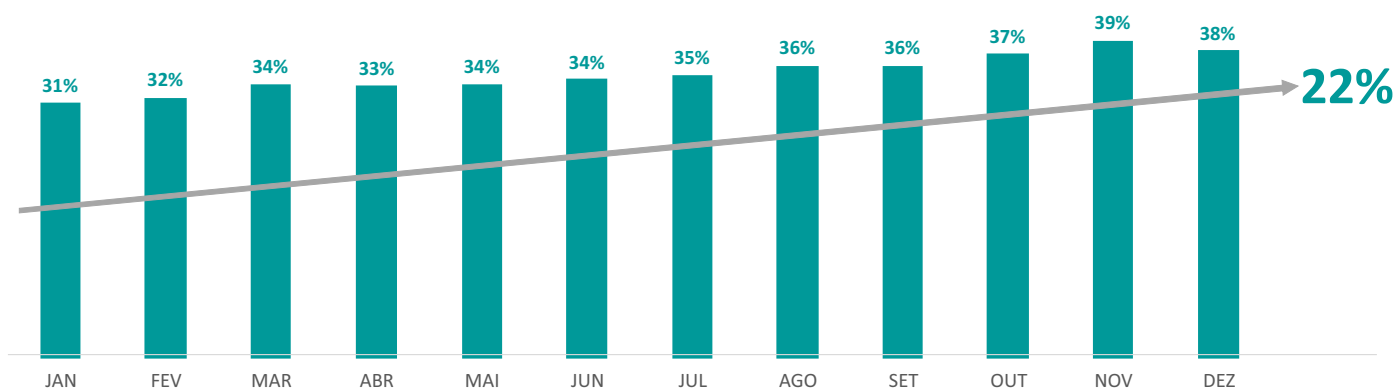
- Empréstimo
- Crédito Rural
- CPR
- Tít. Descontados
- Finame



- Empréstimo
- Crédito Rural
- CPR
- Tít. Descontados
- Finame

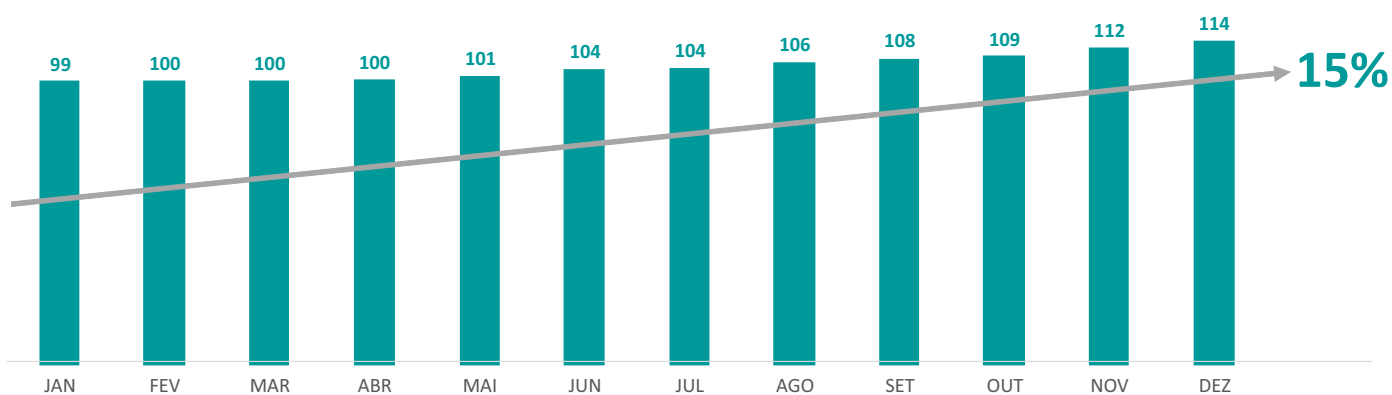
Meios Eletrônicos

Transações Financeiras APP e Sicoobnet



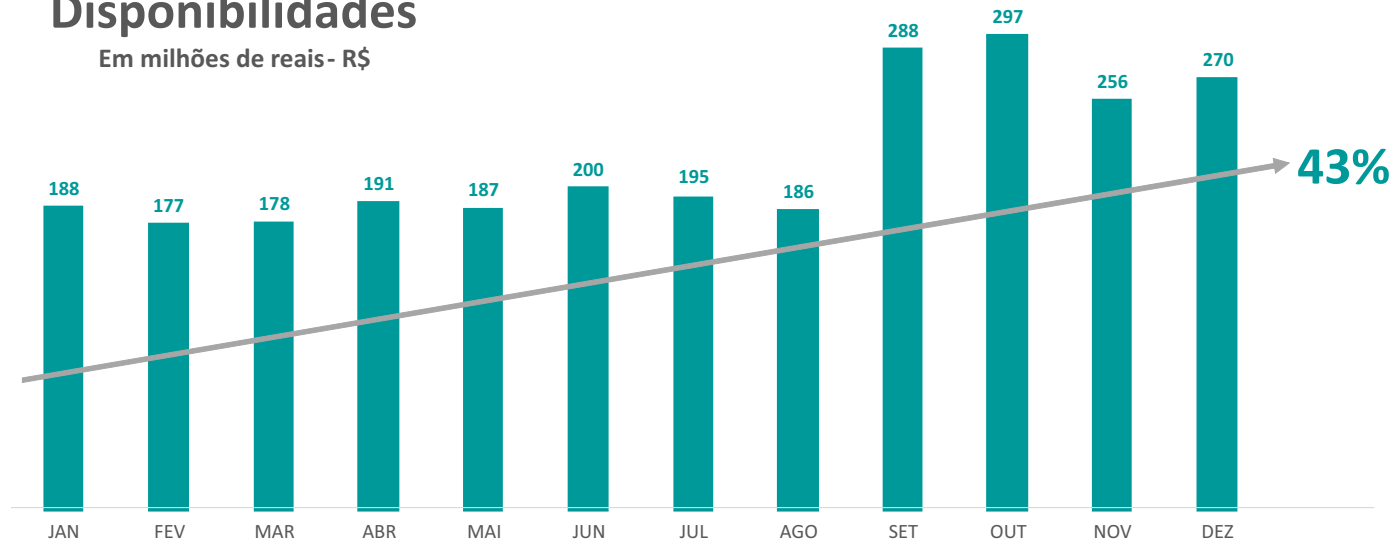
Patrimônio Líquido Ajustado

Em milhões de reais- R\$



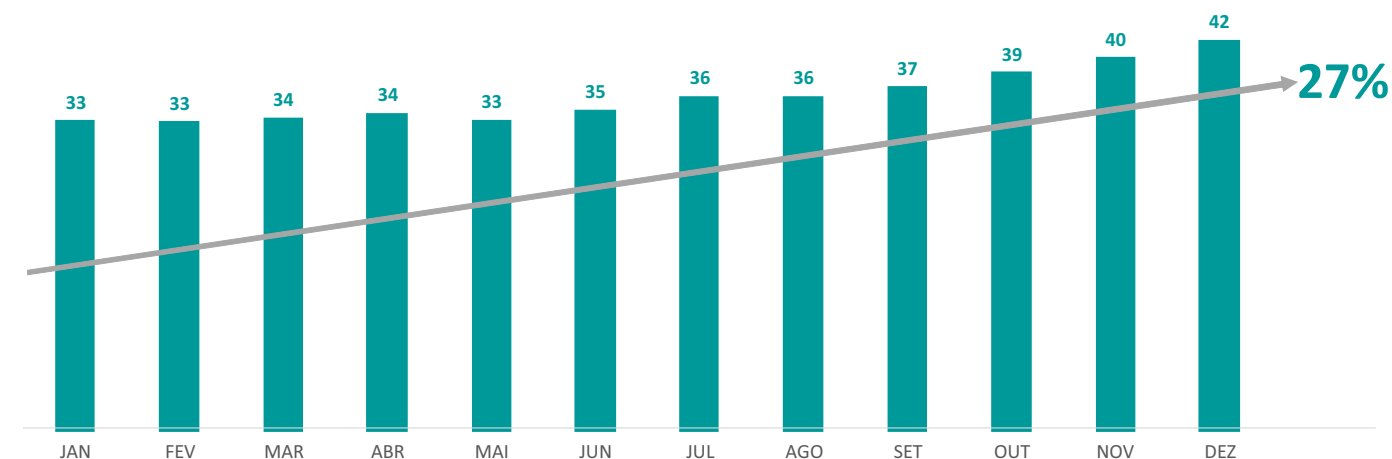
Disponibilidades

Em milhões de reais- R\$



Caderneta de Poupança

Em milhões de reais- R\$

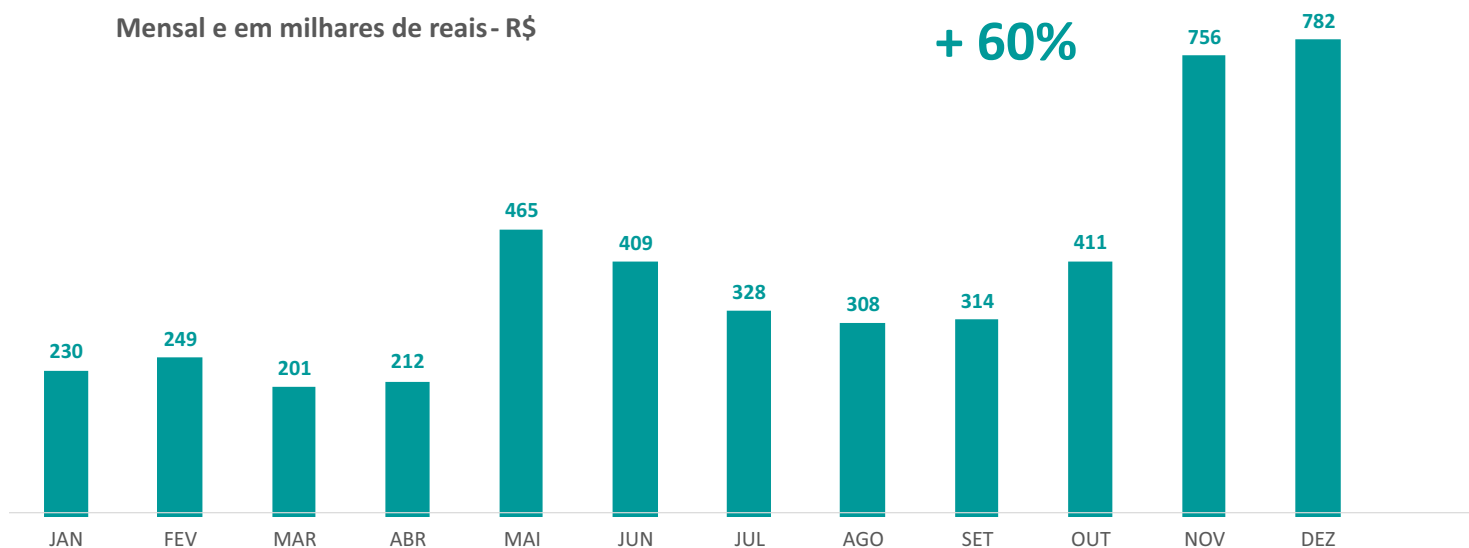


Comissão de Produtos

Mensal e em milhares de reais - R\$

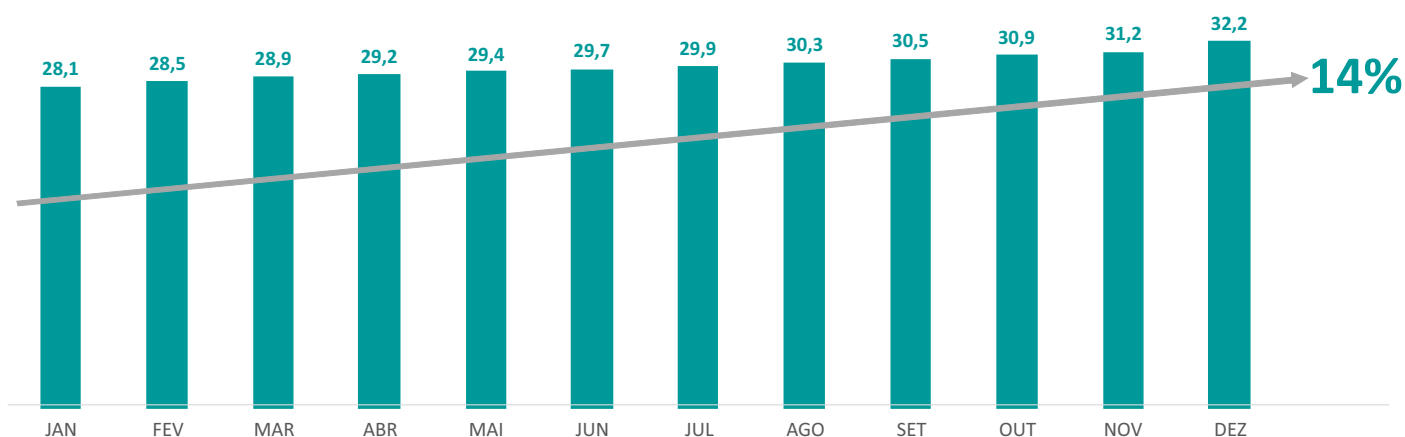
2018 vs. 2019

+ 60%



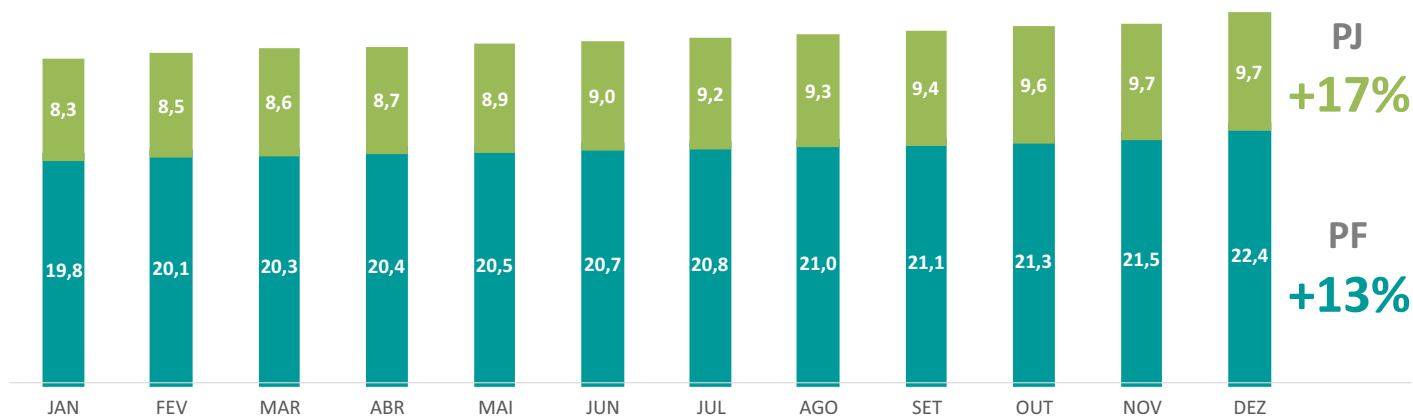
Associados

Em milhares



Associados

Em milhares



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos reais – R\$)

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018
Circulante	Nota	522.686.311,30	257.671.576,60
Disponibilidades		10.632.288,66	3.002.175,58
Títulos e Valores Mobiliários	5	21.000,00	21.000,00
Carteira Própria		21.000,00	21.000,00
Relações Interfinanceiras	6	245.892.363,29	180.652.777,73
Centralização Financeira - Cooperativas		245.892.363,29	180.652.777,73
Relações Interdependências		-	5.787.392,30
Transferências Internas de Recursos		-	5.787.392,30
Operações de Crédito	7	261.341.069,74	64.528.599,39
Operações de Crédito		270.658.556,15	68.172.625,07
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(9.317.486,41)	(3.644.025,68)
Outros Créditos	8	2.361.555,76	2.585.167,69
Créditos por Avais e Fianças Honrados		531.298,06	410.851,12
Rendas a Receber		1.568.994,05	2.028.510,84
Diversos		630.833,87	367.048,98
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(369.570,22)	(221.243,25)
Outros Valores e Bens	9	2.438.033,85	1.094.463,91
Outros Valores e Bens		2.226.756,06	674.359,48
Despesas Antecipadas		211.277,79	420.104,43
Realizável a Longo Prazo		124.650.412,83	211.162.944,95
Operações de Crédito	7	120.002.334,16	203.309.302,97
Operações de Crédito		128.621.031,14	210.916.119,94
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(8.618.696,98)	(7.606.816,97)
Outros Créditos	8	4.648.078,67	7.853.641,98
Diversos		4.648.078,67	7.853.641,98
Permanente		35.062.239,62	31.261.471,00
Investimentos	10	25.841.324,55	23.599.104,10
Participações em Cooperativas		25.653.388,59	23.411.168,14
Outros Investimentos		187.935,96	187.935,96
Imobilizado em Uso	11	9.220.915,07	7.662.366,90
Imóveis de Uso		1.686.137,97	1.683.381,45
Outras Imobilizações de Uso		12.780.112,56	10.149.551,52
(Depreciações Acumuladas)		(5.245.335,46)	(4.170.566,07)
TOTAL DO ATIVO		682.398.963,75	500.095.992,55

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos reais – R\$)

PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
Circulante	Nota	546.786.613,17	374.189.966,50
Depósitos	12	392.718.718,59	310.263.137,61
Depósitos à Vista		165.203.662,64	114.242.149,08
Depósitos a Prazo		227.515.055,95	196.020.988,53
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.a	33.463.439,98	1.263.424,64
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares		33.463.439,98	1.263.424,64
Relações Interfinanceiras	13	15.220.564,17	3.355.543,46
Repasse Interfinanceiros		15.220.564,17	3.355.543,46
Relações Interdependências	14	17.905.858,95	7.289.875,21
Recursos em Trânsito de Terceiros		17.905.858,95	7.289.875,21
Obrigações Por Repasses do País - Instituições Ofic	13	71.690.548,58	41.468.489,00
Banco do Brasil		599.049,69	398.848,40
Outras Instituições		71.091.498,89	41.069.640,60
Outras Obrigações	15	15.787.482,90	10.549.496,58
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		859.893,63	303.460,91
Sociais e Estatutárias		8.491.789,33	4.301.694,88
Fiscais e Previdenciárias		1.413.978,68	1.005.109,66
Diversas		5.021.821,26	4.939.231,13
Exigível a Longo Prazo		20.724.231,92	27.723.643,08
Depósitos	12	62.811,09	783.312,16
Depósitos a Prazo		62.811,09	783.312,16
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.a	120.000,00	-
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares		120.000,00	-
Relações Interfinanceiras	13	10.142.186,02	13.506.999,69
Repasse Interfinanceiros		10.142.186,02	13.506.999,69
Obrigações Por Repasses do País - Instituições Ofic	13	5.573.535,69	5.697.378,31
Tesouro Nacional		4.472.322,48	3.803.295,88
Banco do Brasil		1.101.213,21	1.894.082,43
Outras Obrigações	15	4.825.699,12	7.735.952,92
Diversas		4.825.699,12	7.735.952,92
Resultados de Exercícios Futuros	16	42.504,14	77.750,41
Resultados de Exercícios Futuros		42.504,14	77.750,41
Patrimônio Líquido	18	114.845.614,52	98.104.632,56
Capital Social		49.282.020,37	45.802.085,03
De Domiciliados no País		49.282.620,37	45.803.635,03
(Capital a Realizar)		(600,00)	(1.550,00)
Reserva de Lucros		54.410.316,54	42.389.821,49
Sobras Acumuladas		11.153.277,61	9.912.726,04
TOTAL		682.398.963,75	500.095.992,55

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos reais – R\$)				
	Nota	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira		35.598.678,52	64.486.052,47	50.448.836,85
Operações de Crédito	7	35.598.678,52	64.485.803,41	50.448.836,85
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários			249,06	
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		(15.774.199,72)	(29.514.345,17)	(23.503.973,27)
Operações de Captação no Mercado	12	(6.601.775,37)	(13.180.971,53)	(12.218.782,76)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13	(3.270.998,30)	(5.370.103,80)	(5.060.947,88)
Provisão para Operações de Créditos		(5.901.426,05)	(10.963.269,84)	(6.224.242,63)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		19.824.478,80	34.971.707,30	26.944.863,58
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais		(3.515.397,54)	(8.850.252,57)	(4.760.580,82)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		6.110.849,29	10.813.259,44	7.118.094,35
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		1.614.026,44	3.095.329,73	3.670.319,01
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(10.403.345,63)	(20.346.028,35)	(17.121.312,65)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(11.060.547,69)	(21.035.177,53)	(15.307.188,12)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(475.475,11)	(841.396,14)	(593.206,07)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		6.626.624,73	12.144.990,24	12.716.872,67
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	20	5.531.877,46	10.783.227,42	8.548.979,33
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	21	(1.459.407,03)	(3.464.457,38)	(3.793.139,34)
Resultado Operacional		16.309.081,26	26.121.454,73	22.184.282,76
Resultado Não Operacional	22	(100.293,65)	(113.814,57)	314.945,04
Resultado Antes da Tributação/Participações		16.208.787,61	26.007.640,16	22.499.227,80
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(668.328,31)	(1.127.608,29)	(794.416,45)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(416.802,06)	(703.086,29)	(546.702,33)
Participação no Lucro (Sobra)		(1.218.618,57)	(1.870.390,36)	(1.332.656,92)
Sobras / Perdas antes das Destinações		13.905.038,67	22.306.555,22	19.825.452,10
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	18.d	-	(11.153.277,61)	(9.912.726,06)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		-	(1.115.327,76)	(991.272,61)
Reserva Legal		-	(10.037.949,85)	(8.921.453,45)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO		13.905.038,67	11.153.277,61	9.912.726,04

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018


(Valores expressos reais – R\$)					
Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal		
Saldos em 31/12/2017	40.246.250,20	(5.481,87)	33.468.368,04	7.137.342,29	80.846.478,66
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-
Ao Capital	7.122.829,34	-	-	(7.122.829,34)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(14.512,95)	(14.512,95)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	967.030,58	3.931,87	-	-	970.962,45
Por Devolução (-)	(2.532.475,09)	-	-	-	(2.532.475,09)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	19.825.452,10	19.825.452,10
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	-	-	-
. Fundo de Reserva	-	-	8.921.453,45	(8.921.453,45)	-
. F A T E S	-	-	-	(991.272,61)	(991.272,61)
Saldos em 31/12/2018	45.803.635,03	(1.550,00)	42.389.821,49	9.912.726,04	98.104.632,56
Saldos em 31/12/2018	45.803.635,03	(1.550,00)	42.389.821,49	9.912.726,04	98.104.632,56
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	1.982.545,20	(1.982.545,20)	-
Ao Capital	7.893.207,19	-	-	(7.893.207,19)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(36.973,65)	(36.973,65)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.143.049,02	950,00	-	-	1.143.999,02
Por Devolução (-)	(5.557.070,87)	-	-	-	(5.557.070,87)
Estorno Capital Subscrito	(200,00)	-	-	-	(200,00)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	22.306.555,22	22.306.555,22
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	-	-	-
. Fundo de Reserva	-	-	10.037.949,85	(10.037.949,85)	-
. F A T E S	-	-	-	(1.115.327,76)	(1.115.327,76)
Saldos em 31/12/2019	49.282.620,37	(600,00)	54.410.316,54	11.153.277,61	114.845.614,52
Saldos em 30/06/2019	50.334.376,86	(1.450,00)	44.372.366,69	8.401.516,55	103.106.810,10
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	529.922,61	850,00	-	-	530.772,61
Por Devolução (-)	(1.581.679,10)	-	-	-	(1.581.679,10)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	13.905.038,67	13.905.038,67
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	-	-	-
. Fundo de Reserva	-	-	10.037.949,85	(10.037.949,85)	-
. F A T E S	-	-	-	(1.115.327,76)	(1.115.327,76)
Saldos em 31/12/2019	49.282.620,37	(600,00)	54.410.316,54	11.153.277,61	114.845.614,52

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

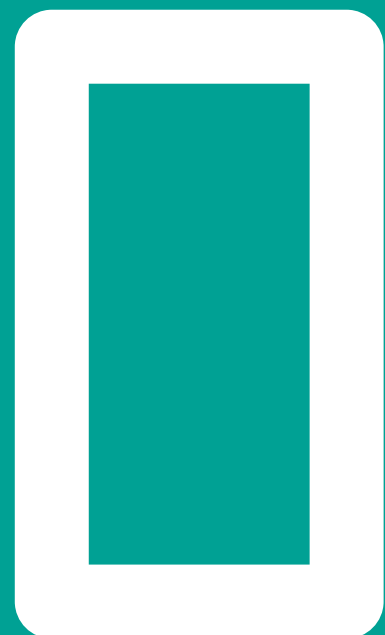
(Valores expressos reais – R\$)			
DESCRIÇÃO	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais			
Sobras Líquidas Ajustadas	19.431.937,23	32.298.641,34	22.124.969,83
Sobras/Perdas Líquidas antes das destinações Estatutárias	13.905.038,67	22.306.555,22	19.825.452,10
Provisão para IRPJ / CSLL	607.005,48	607.005,48	337.858,20
Provisão para Operações de Crédito	3.617.866,32	6.685.340,74	743.813,02
Depreciações e Amortizações	748.115,76	1.404.374,40	897.558,42
Distribuição de Sobras da Cooperativa Central - Capitalização	-	(42.624,89)	(55.838,84)
Juros ao Capital Recebido	(863.535,10)	(863.535,10)	(1.108.878,73)
Gratificação/Participação/Premiação aos Empregados	1.214.748,11	1.866.519,90	1.332.656,92
Provisão para passivos contingentes	210.644,45	341.652,87	89.982,91
Rendimentos de Títulos e Valores Mobiliários	-	(249,06)	-
Depósitos em Garantia	(47.479,99)	(47.479,99)	-
Baixa/ajustes no Imobilizado	39.533,53	41.081,77	62.365,83
	-	-	-
Varição de Ativos e Obrigações	38.879.061,44	50.477.448,42	(19.563.695,51)
Aumento/ Redução em Ativos	(65.086.416,90)	(112.269.362,57)	(64.382.954,36)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	249,06	-
Relações Interdependências	-	5.787.392,30	(5.247.620,30)
Operações de Crédito	(68.722.363,93)	(120.190.842,28)	(59.101.691,91)
Outros Créditos	3.806.037,14	3.477.408,29	201.186,73
Outros Valores e Bens	(170.090,11)	(1.343.569,94)	(234.828,88)
	-	-	-
Redução / Aumento em Passivos	103.965.478,34	162.746.810,99	44.819.258,85
Depósitos a Vista	38.046.567,09	50.961.513,56	28.845.329,92
Depósitos sob Aviso	-	-	-
Depósitos a Prazo	2.683.684,48	30.773.566,35	18.810.002,91
Outros Depósitos	-	-	-
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares	11.780.188,03	32.320.015,34	1.263.424,64
Outras Obrigações	(2.710.665,03)	(487.445,73)	2.834.476,40
Imposto de Renda e Contribuição Social - Pagos	-	-	-
Relações Interdependências	17.436.728,74	10.615.983,74	134.296,96
Relações Interfinanceiras	(756.263,14)	8.500.207,04	(3.280.349,39)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	37.457.585,24	30.098.216,96	(3.865.673,00)
Resultado de Exercícios Futuros	27.652,93	(35.246,27)	77.750,41
	-	-	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	58.310.998,67	82.776.089,76	2.561.274,32
Atividades de Investimentos			
Alienação de Investimento	-	-	-
Alienação de Imobilizações de Uso	96.934,58	97.047,29	-
Inversões em Imobilizado de Uso	(1.333.931,19)	(3.101.051,63)	(4.374.114,60)
Inversões em Investimentos	-	(1.336.060,46)	(2.473.598,64)
	-	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.236.996,61)	(4.340.064,80)	(6.847.713,24)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	530.772,61	1.143.999,02	970.962,45
Devolução de Capital à Cooperados	(1.581.679,10)	(5.557.070,87)	(2.532.475,09)
Estorno Capital Subscrito	-	(200,00)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pa	-	(36.973,65)	(14.512,95)
FATES Sobras Exercício	(1.115.327,76)	(1.115.327,76)	(991.272,61)
	-	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamento	(2.166.234,25)	(5.565.573,26)	(2.567.298,20)
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	54.907.767,81	72.870.451,70	(6.853.737,12)
Modificações em Disponibilidades Líquida	-	-	-
No Início do Período	202.606.760,58	184.644.076,69	191.497.813,81
No Fim do Período	257.514.528,39	257.514.528,39	184.644.076,69
Varição Líquida das Disponibilidades	54.907.767,81	72.870.451,70	(6.853.737,12)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em reais,
exceto quando especificado)



1. Contexto operacional

A **Cooperativa de Crédito Credivar Ltda. - Sicoob Credivar** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **03/10/1988**, filiada à **Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIVAR** possui **21** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **Baependi, Cambuquira, Carmo da Cachoeira, Carvalhópolis, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Elói Mendes, Jesuânia, Lambari, Lavras, Machado, Monsenhor Paulo, Paraguaçu, Poço Fundo, São Bento Abade, São João da Mata, São Lourenço, Três Corações bairro Perú e Centro e Varginha Centro e bairro Sion.**

O **SICOOB CREDIVAR** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 06/02020.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados

passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações

com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	10.632.288,66	3.002.175,58
Relações interfinanceiras – centralização financeira	245.892.363,29	180.652.777,73
Centralização Financeira	989.876,44	989.123,38
Total	257.514.528,39	184.644.076,69

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2019 e 2018, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Títulos de Renda Fixa (a)	21.000,00	21.000,00
Total	21.000,00	21.000,00

a) Referem-se aquisições de títulos de capitalização junto ao Banco do Brasil.

6. Relações Interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	245.892.363,29	180.652.777,73
Total	245.892.363,29	180.652.777,73

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB Central Crediminas** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 12.144.990,24 e R\$ 12.716.872,67.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	364.903,57	-	364.903,57	337.884,48
Cheque Especial / Conta Garantida	29.977.528,72	-	29.977.528,72	21.042.902,08
Empréstimos	125.052.605,62	87.739.772,55	212.792.378,17	150.969.085,89
Financiamentos	18.541.407,98	25.572.980,16	44.114.388,14	23.468.552,92
Títulos Descontados	24.153.784,30	121,47	24.153.905,77	17.443.462,63
Financiamento Rural Repasses	72.568.325,96	15.308.156,96	87.876.482,92	65.826.857,01
(-) Provisão para Perda com Operações de Crédito	(9.317.486,41)	(8.618.696,98)	(17.936.183,39)	(11.250.842,65)
Total	261.341.069,74	120.002.334,16	381.343.403,90	267.837.902,36

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Emprést. / Tít. Desc. *	Financiamentos	Financ. Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	Normal	8.420.540,97	837.023,04	4.166.035,21	13.423.599,22	-	6.720.601,40	-
A	0,5% Normal	88.859.558,73	15.201.456,27	39.394.968,67	143.455.983,67	717.280,09	57.582.585,63	287.913,00
B	1% Normal	86.833.529,87	17.128.759,35	36.844.473,66	140.806.762,88	1.408.067,96	151.814.719,30	1.518.147,56
B	1% Vencidas	564.460,14	64.106,86	-	628.567,00	6.285,67	785.867,43	7.858,68
C	3% Normal	53.052.161,45	8.724.381,60	6.628.865,83	68.405.408,88	2.052.162,76	40.964.009,83	1.228.920,56
C	3% Vencidas	780.309,64	43.233,71	3.476,28	827.019,63	24.810,59	859.758,94	25.792,77
D	10% Normal	11.192.224,97	954.970,87	316.292,28	12.463.488,12	1.246.349,11	6.898.067,59	689.806,92
D	10% Vencidas	917.832,72	164.536,15	245.431,35	1.327.800,22	132.780,05	823.781,94	82.378,21
E	30% Normal	4.326.536,30	418.499,82	14.425,09	4.759.461,21	1.427.838,70	3.816.374,48	1.144.912,62
E	30% Vencidas	1.667.238,57	213.984,65	43.590,82	1.924.813,99	577.444,33	1.276.468,29	382.940,58
F	50% Normal	485.147,96	83.056,87	124.734,35	692.939,18	346.469,67	601.084,57	300.542,36
F	50% Vencidas	704.868,75	120.711,03	-	825.579,78	412.789,99	2.394.507,06	1.197.251,32
G	70% Normal	135.681,30	15.255,78	-	150.937,08	105.655,98	196.597,81	137.618,50
G	70% Vencidas	335.017,36	28.242,71	-	363.260,07	254.282,11	358.557,42	250.990,25
H	100% Normal	5.197.462,81	-	47.703,97	5.245.166,78	5.245.166,78	2.037.505,97	2.037.505,97
H	100% Vencidas	3.816.144,74	116.169,43	46.485,41	3.978.799,58	3.978.799,58	1.958.263,35	1.958.263,35
Total Normal		258.502.844,36	43.363.403,60	67.537.499,06	389.403.747,02	12.548.991,06	270.631.545,58	7.345.367,49
Total Vencido		8.785.871,87	750.984,54	338.983,86	9.875.840,27	5.387.192,33	8.457.199,43	3.905.475,16
Total Geral		267.288.716,23	44.114.388,14	67.876.482,92	399.279.587,29	17.936.183,39	279.088.745,01	11.250.842,65
Provisões		(15.880.496,88)	(1.061.162,89)	(994.523,62)	(17.936.183,39)		(11.250.842,65)	
Total Líquido		251.408.219,35	43.053.225,25	66.881.959,30	381.343.403,90		267.837.902,36	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Vencimento	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	26.278.787,51	98.773.818,11	87.739.772,55	212.792.378,17
Títulos Descontados	-	19.616.977,96	4.536.806,34	121,47	24.153.905,77
Financiamentos	-	3.601.048,62	14.940.359,36	25.572.980,16	44.114.388,14
Financiamentos Rurais	-	4.866.803,46	67.701.522,50	15.308.156,96	87.876.482,92
Adiantamento Depositantes	364.903,57	-	-	-	364.903,57
Cheque Especial / Conta Garantida	29.977.528,72	-	-	-	29.977.528,72
Total	30.342.432,29	54.363.617,55	185.952.506,31	128.621.031,14	399.279.587,29

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Títulos Descontados	Emprést/ Financ.	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	13.600.479,56	11.890.446,54	51.645.498,02	22.263.597,98	99.400.022,10	24,89%
Setor Privado - Indústria	3.229.297,23	4.986.348,33	17.716.189,72	-	25.931.835,28	6,49%
Setor Privado - Serviços	6.759.896,99	3.580.532,32	53.865.209,51	51.453,68	64.257.092,50	16,09%
Pessoa Física	6.752.758,51	3.696.578,58	133.679.869,06	65.561.431,26	209.690.637,41	52,52%
TOTAL	30.342.432,29	24.153.905,77	256.906.766,31	87.876.482,92	399.279.587,29	100,00%

- e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	11.250.842,65	10.507.029,63
Constituições/Reversões no período	10.814.942,87	6.088.568,39
Transferência para Prejuízo no período	(4.129.602,13)	(5.344.755,37)
Total	17.936.183,39	11.250.842,65

- f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	11.599.544,29	2,90%	8.597.316,84	3,08%
10 Maiores Devedores	53.464.445,60	13,37%	35.806.683,65	12,81%
50 Maiores Devedores	106.581.211,00	26,67%	78.754.541,24	28,18%

- g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	19.402.185,42	15.931.547,91
Valor das operações transferidas no período	4.129.602,13	5.344.755,37
Valor das operações recuperadas no período	(4.213.637,19)	(1.874.117,86)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(369.166,12)	0,00
Total	18.948.984,24	19.402.185,42

- h) Receitas de Operações de Crédito:

Operações de Crédito	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a depositantes	635.322,35	747.444,03
Rendas de Empréstimos	44.385.499,35	34.491.507,40
Rendas de Títulos Descantados	5.217.175,79	4.581.203,06
Rendas de Financiamentos	5.569.135,09	3.810.317,97
Rendas de Financiamentos Rurais	4.661.339,85	4.915.191,53
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.016.416,78	1.888.620,71
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	914,20	14.552,15
Total de Operações de Crédito	64.485.803,41	50.448.836,85

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados	531.298,06	410.851,12
Rendas a Receber (a)	1.568.994,05	2.028.510,84
Devedores por Depósito e Garantia (b)	4.702.097,34	7.853.641,98
Títulos e Créditos a Receber (c)	58.591,93	76.375,87
Devedores Diversos (d)	518.223,27	290.673,11
(-) Provisão para Outros Créditos (e)	(369.570,22)	(221.243,25)
Total	7.009.634,43	10.438.809,67

- (a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (R\$989.876,44) e outras (R\$579.117,61);
- (b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$878.962,55), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$2.557.192,01), PIS sobre Folha de Pagamento (R\$1.039.027,00) Recursos Trabalhistas (R\$172.933,11) e outros (R\$53.982,67);
- (c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de valores a receber - processo de cobrança (R\$10.653,77) e tarifas (R\$47.938,16);
- (d) Em Devedores Diversos estão registrados os adiantamento de férias aos colaboradores (R\$8.728,99), adiantamentos para despesas diversas (R\$312.930,31), pendências a regularizar (R\$25.676,17), plano de saúde a receber (R\$105.102,31), diferenças de compensação a receber do BANCOOB (R\$40.043,56) e outros (R\$25.741,93).
- (e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir: a por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Nível / Percentual de Risco		Avais e Fianças Honrados	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E	30%	164.078,98	(49.223,73)	251.221,90	(75.366,59)
F	50%	69.832,68	(34.916,38)	16.781,22	(8.390,64)
G	70%	39.854,30	(27.898,01)	17.873,31	(12.511,33)
H	100%	257.532,10	(257.532,10)	124.974,69	(124.974,69)
Total Geral		531.298,06	(369.570,22)	410.851,12	(221.243,25)
Provisões		(369.570,22)		(221.243,25)	
Total Líquido		161.727,84		189.607,87	

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	3.199.773,79	674.359,48
(Provisões para Desvalorizações) (b)	(973.017,73)	
Despesas Antecipadas (c)	211.277,79	420.104,43
Total	2.438.033,85	1.094.463,91

- a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 2.226.756,06, referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
- b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.
- c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 211.277,79, referentes a prêmios de seguros, processamento de dados, contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV, IPVA e Alvará.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito (a)	25.653.388,59	23.411.168,14
Participações instituição financeira controlada cooperativa de crédito (b)	187.935,96	187.935,96
TOTAL	25.841.324,55	23.599.104,10

- a) Refere-se a contas de capital do Sicoob Central Crediminas;
- b) Refere-se a ações nominativas do Bancoob.

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizações em Curso	(*)	158.037,48	876.365,98
Terrenos	-	713.100,00	713.100,00
Edificações	4%	973.037,97	970.281,45
Móveis e Equipamentos	10%	6.622.997,26	4.062.977,42
Sistema de Processamento de Dados	20%	4.938.698,80	4.255.761,66
Sistemas de Comunicação	10%	221.294,04	163.913,47
Sistema de Transportes	20%	82.480,00	293.087,23
Sistema de Segurança	10%	756.604,98	497.445,76
TOTAL		14.466.250,53	11.832.932,97
Depreciação acumulada		(5.245.335,46)	(4.170.566,07)
TOTAL		9.220.915,07	7.662.366,90

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	165.203.662,64	114.242.149,08
Depósito a Prazo	227.577.867,04	196.804.300,69
Total	392.781.529,68	311.046.449,77

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCoop, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	13.130.677,59	2,97%	7.191.995,48	2,31%
10 Maiores Depositantes	41.945.663,48	9,48%	36.675.802,35	11,75%
50 Maiores Depositantes	93.173.336,21	21,06%	81.810.329,84	26,20%

Despesas com Operações de Captação de Mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos a Prazo	11.660.626,59	11.728.123,87
Despesas de Depósitos Judiciais	-	258,47
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	982.430,90	13.432,64
Desp. Contribuição ao Fundo Garantidor	537.914,04	476.967,78
Total Despesas com Captação no Mercado	13.180.971,53	12.218.782,76

a) Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	33.583.439,98	1.263.424,64
Total	33.583.439,98	1.263.424,64

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos e com prazos de vencimentos conforme resolução CMN nº 4410/2015.

13. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2019	31/12/2018
BANCOOB	De 3% até 8,5% a.a.	Até 10/03/2027	25.362.750,19	10.822.490,27
Sicoob Central Crediminas	5,5% a.a. à 7,0 % a.a.	01/11/2019	-	6.040.052,88
Recursos do Ministério da Agricultura	7,00% a.a.	31/12/2021	75.563.821,37	44.872.936,48
Recursos do Banco do Brasil S/A	3,0% a.a. à 7,0% a.a.	31/10/2025	1.700.262,90	2.292.930,83
Total			102.626.834,46	64.028.410,46

Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	31/12/2019	31/12/2018
Cooperativa Central	(342.034,65)	(318.662,48)
Bancoob	(1.064.740,54)	(824.169,41)
Outros	(3.963.328,61)	(3.918.115,99)
Total	(5.370.103,80)	(5.060.947,88)

14. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ordens de Pagamento (a)	17.718.506,00	7.091.117,50
Concessionários de Serviços Públicos	187.205,93	198.757,71
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	147,02	-
Total	17.905.858,95	7.289.875,21

(a) Referem-se a ordens de pagamento emitidas aos associados, por solicitação destes, com respectivo débito em conta corrente.

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	859.893,63	303.460,91
Sociais e Estatutárias	8.491.789,33	4.301.694,88
Fiscais e Previdenciárias	1.413.978,68	1.005.109,66
Diversas	9.847.520,38	12.675.184,05
TOTAL	20.613.182,02	18.285.449,50

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	1.681.982,30	1.170.829,87
Cotas de capital a pagar (b)	4.943.287,13	1.798.208,09
Participações nas Sobras (Lucros) (c)	1.866.519,90	1.332.656,92
Total	8.491.789,33	4.301.694,88

- (a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
- (b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.
- (c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos funcionários nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em 2020.

15.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	607.005,48	337.858,20
Impostos e contribuições a recolher	806.973,20	667.251,46
Total	1.413.978,68	1.005.109,66

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Pessoal	2.011.837,45	1.725.307,96
Outras Despesas Administrativas (a)	778.929,79	696.805,94
Cheques Descontados (b)	623.325,31	204.573,14
Credores Diversos – Pafs (c)	1.229.227,40	1.772.255,08
Provisão para Garantias Prestadas (d)	553.819,54	540.289,01
Provisão para Passivos Contingentes (e)	4.650.380,89	7.735.952,92
Total	9.847.520,38	12.675.184,05

- (a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com aluguéis (R\$58.946,96), transporte (R\$82.489,55), seguro prestamista (R\$462.657,81) e outras (R\$174.835,47);
- (b) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2019;
- (c) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$985.886,92), diferenças de compensação a acertar com o BANCOOB (R\$71.243,39), valores a repassar ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS pela prestação de serviços (R\$126.990,69) e outros (R\$45.106,40);
- (d) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é

responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco	Coobrigações	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	5.841.636,77	-	5.171.021,56	-
A 0,5%	21.168.953,66	(105.845,36)	10.677.624,09	(53.388,25)
B 1%	7.003.730,39	(70.037,27)	9.396.112,99	(93.961,41)
C 3%	4.580.040,22	(137.401,25)	3.143.949,43	(94.318,65)
D 10%	1.108.913,23	(110.891,46)	538.835,61	(53.883,79)
E 30%	152.999,53	(45.899,88)	215.643,09	(64.693,02)
F 50%	15.403,71	(7.701,92)	33.376,32	(16.688,27)
G 70%	9.272,50	(6.490,76)	13.665,26	(9.565,70)
H 100%	69.551,64	(69.551,64)	153.789,92	(153.789,92)
Total	39.950.501,65	(553.819,54)	29.344.018,27	(540.289,01)

- (a) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, conforme nota nº 28.

16. Resultado de Exercício Futuro

Refere-se a rendas de garantias prestadas sob CPR - Cédula de Produto Rural recebidas antecipadamente. As rendas serão apropriadas mensalmente "pro rata temporis".

17. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDIVAR opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	49.282.020,37	45.802.085,03
Associados	32.120	27.722

a) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

b) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 11 de abril de 2019, os cooperados deliberaram pela distribuição das sobras do exercício de 2018 da seguinte forma: 80% distribuídos em conta capital e 20% incorporadas à Reserva Legal, conforme demonstrado abaixo:

DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS	
Capital Social	7.893.207,19
Cotas Capital de ex-associado	36.973,65
Reserva Legal	1.982.545,20

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	22.306.555,22	19.825.452,10
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	22.306.555,22	19.825.452,10
Destinações estatutárias		
Reserva legal – 45%	(1.115.327,76)	(8.921.453,45)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(10.037.949,85)	(991.272,61)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	11.153.277,61	9.912.726,04

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Resultado Bruto de Atos Não Cooperativos	4.593.921,41	2.704.658,85
Resultado Não Operacional	(113.814,57)	314.945,04
Lucro Líquido antes do IRRF e CSLL	4.480.106,84	3.019.603,89
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.830.694,58)	(1.341.118,78)
Resultado Líquido de Atos Não Cooperativos e Não Operacionais	2.649.412,26	1.678.485,11
Dedução Resolução 129 - Sicoob Confederação	(3.412.706,44)	(2.961.780,90)
Resultado Líquido de Atos Não Cooperativos e Não Operacionais	(763.294,18)	(1.283.295,79)

20. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	329.765,38	585.720,41
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	689.654,64	34.129,84
Rendas de Repasses Interfinanceiros	1.821.689,83	1.966.460,54
Atualização de Depósitos Judiciais	47.479,99	-
Rendas de Cartões	3.549.873,45	995.762,57
Dividendos	48.565,80	37.027,72
Distribuição de Sobras da Central	2.176.647,07	3.790.444,88
Juros ao Capital pago pelo Central	863.535,10	1.108.878,73
Outras Rendas Operacionais (a)	558.024,26	30.554,64
Reversão de provisão Juros ao Capital	697.991,90	-
Total	10.783.227,42	8.548.979,33

(a) Refere-se a receita de elaboração de projetos técnicos.

21. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Descontos Concedidos em Operações de Crédito	(473.043,23)	(322.320,05)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(56.474,57)	(67.532,57)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(7.403,67)	(1.452,89)
Provisão para Passivos Contingentes	(168.719,76)	(89.982,91)
Passivo Trabalhistas	(174.305,17)	(1.400,00)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	-	-
Outras Despesas Operacionais	(233.764,51)	(1.976.887,12)
Perdas Operacionais Diversas	(121.316,08)	(19.776,03)
Provisão para Garantias Prestadas	(699.885,29)	(245.840,28)
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	-	(9.148,37)
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	-	(5.177,51)
Fundo de Estabilidade e Liquidez	-	(481.719,70)
Outras Contribuições Diversas (FRV)	(365.835,50)	(21.901,91)
Contribuições ao Fundo de Investimento em Tecnologia da Informação	(465.717,70)	-
Provisão Juros ao Capital	(697.991,90)	(550.000,00)
Total	(3.464.457,38)	(3.793.139,34)

22. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Lucros na Alienação de Valores e Bens	52.154,17	36.511,76
Ganhos de Capital	98.841,29	215.411,80
Rendas de Aluguéis	7.347,17	-
Outras Rendas Não Operacionais	7.364,41	163.447,66
Total de Receitas Não Operacionais	165.707,04	415.371,22
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(5.756,01)	(519,85)
Perdas de Capital	(219.614,83)	(98.829,25)
Outras	(54.150,77)	(1.077,08)
Total de Despesas Não Operacionais	(279.521,61)	(100.426,18)
Resultado Líquido	(113.814,57)	314.945,04

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	11.204.121,23	1,01%	173.152,04
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	5.227.621,38	0,47%	597.534,84
TOTAL	16.431.742,61	1,49%	770.686,88
Montante das Operações Passivas	12.328.585,04	1,91%	

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	55.766,53	6.769,86	1%
Crédito Rural	5.406.641,74	64.787,30	6%
Empréstimo	4.780.984,75	579.072,38	2%
Financiamento	433.961,48	3.133,98	1%
Títulos Descontados	55.970,15	708,21	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.094.490,96	0,66%	0%
Depósitos a Prazo	8.288.709,57	3,17%	0,36%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICOOB CREDIVAR.

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,99%
Empréstimos	1,86%
Financiamento	1,23%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	1,07%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	1,27%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,11%
Credito Rural (modalidades)	1,09%
Aplicações Financeiras	1,91%
Aplicações Financeiras pos fixada	90% do CDI

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	139.075,52
Crédito Rural	14.897.464,12
Empréstimo	7.513.733,92
Financiamento	765.561,99

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes: 2019 (r\$ 1.236.512,53) E 2018 (r\$ 1.788.617,11).

No exercício de 2019, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por benefícios monetários, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários e encargos no Exercício (R\$)	
Descrição	31/12/2019
Honorários	690.554,10
Gratificações da Diretoria	283.091,92
Conselheiros de Administração	431.512,82
FGTS Diretoria	77.722,59
INSS	293.802,26
Total	1.776.683,69

24. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

O SICOOB CREDIVAR em conjunto com outras cooperativas singulares é filiado à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias,

organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIVAR responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 6)	245.892.363,29	180.652.777,73
Ativo Permanente - Investimentos (nota 10)	25.653.388,59	23.411.168,14

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2019, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 28/08/2019, com opinião sem modificação.

25. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2018, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e

armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- a) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- b) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- c) realização periódica de *backtest* do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- d) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- e) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- f) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

25.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.5 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

26. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 39.950.501,65 (31/12/2018 - R\$ 29.344.018,27), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com outras instituições financeiras.

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, em 31/12/2019 o PR estava em conformidade.

29. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	878.962,55	878.962,55	1.752.664,69	1.752.664,69
PIS FOLHA	1.041.293,22	1.039.027,00	993.653,36	993.285,22
COFINS	2.557.192,01	2.557.192,01	4.867.170,94	4.867.170,94
RECURSOS TRABALHISTAS	172.933,11	172.933,11	119.000,00	185.549,53
Outras contingências		53.982,67	3.463,93	54.971,60
Total	4.650.380,89	4.702.097,34	7.735.952,92	7.853.641,98

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIVAR, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.126.194,00.

30. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Multi-instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2019 totalizaram R\$ 20.412,70.

Varginha, MG 06 de fevereiro de 2020.

Jose Pedro Garcia Reis
Presidente

Ricardo Campos Borges
Diretor Administrativo

Renato Rezende Paiva
Diretor de Negócios

Elaine Cristina Neto
Contadora – CRC/MG 082.177

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do **SICOOB CREDIVAR – Cooperativa de Crédito Credivar Ltda**, no exercício de suas atividades legais e estatutárias, declara que procedeu a minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **SICOOB CREDIVAR – Cooperativa de Crédito Credivar Ltda**, em 31 de dezembro de 2019.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

Varginha – MG, 29 de janeiro de 2020

César Roberto Vigato
Coordenador do Conselho Fiscal

Sebastião Aluisio de Sales
Secretário do Conselho Fiscal

Guilherme Salgado Rezende
Conselheiro Fiscal-Efetivo

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Credivar Ltda. - SICCOOB CREDIVAR. Varginha / MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Credivar Ltda. - SICCOOB CREDIVAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICCOOB CREDIVAR em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte/MG, 26 de fevereiro de 2020.

Elisângela de Cássia Lara
Contadora - CRC MG 086.574/O
CNAI 3.750

Central de Atendimento Sicoob | Atendimento 24h

Dúvidas relacionadas ao uso dos canais de autoatendimento

Capitais e região metropolitanas: 4000-1111*

* Caso a localidade não possua o serviço 4000 ou 4007 é necessário informar o número da operadora mais o DDD 61: (0 xx 61 4007 1256)

Demais localidades: 0800 642 000

Central de Atendimento Cartões Sicoobcard

Dúvidas, roubo ou perda do cartão

Capitais e regiões metropolitanas: 4007 1256*

* Caso a localidade não possua o serviço 4000 ou 4007 é necessário informar o número da operadora mais o DDD 61: (0 xx 61 4007 1256)

Demais localidades: 0800 702 0756

Exterior a cobrar De seg. a sex., das 08h às 20h: (55 61) 3030 6767

Ouvidoria Sicoob

Reclamações, elogios e sugestões - De seg. a sex., das 08h às 20h

0800 725 0996 - ouvidoria.sicoob.com.br

Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458

Demais serviços de atendimento: sicoob.com.br

Central de Comunicação de Indícios de Ilícitude

varginha318000@sicoobcredivar.com.br



Cooperativa de Crédito Credivar LTDA.

– Sicoob Credivar

CNPJ: 25.798.596/0001-48

Rua Silvio Cougo, nº680 - Vila Paiva

CEP: 37.018-020 - Varginha/MG

Tel.: 35 3219-4740

www.sicoobcredivar.com.br

Siga o Sicoob Credivar nas redes sociais.



Somos feitos de

**VA
LO
RES**

